

re|er

REDE INTERMUNICIPAL DE BIBLIOTECAS  
DO DOURO, TÂMEGA E SOUSA



**ECOS DO  
25 DE ABRIL  
NA IMPRENSA**  
do Douro, Tâmega e Sousa

2025 - VOLUME 2

**TÂMEGA e SOUSA**  
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL

**ECOS DO  
25 DE ABRIL  
NA IMPRENSA**  
do Douro, Tâmega e Sousa

---

VOLUME 2

# ÍNDICE

---

- 4** · LIBERDADE
- 17** · COMISSÕES ADMINISTRATIVAS MUNICIPAIS
- 22** · PARTIDOS POLÍTICOS
- 33** · ASSOCIATIVISMO
- 39** · ARTE E LITERATURA
- 47** · IGREJA CATÓLICA
- 52** · ELEIÇÕES

## Instituído como Feriado Nacional obrigatório

# O Dia 1.º de Maio

## Constituiu insofismável prova de civismo do POVO PORTUGUÊS

Considerado o Dia do Trabalhador o passado dia 1 foi de Feriado Nacional obrigatório em todo o País facto que veio de encontro às aspirações de trabalhadores portugueses.

Tal como estava previsto realizaram-se em vários pontos do País, nomeadamente em Lisboa e Porto, manifestações de trabalhadores que decorreram dentro da mais elementar ordem tal como vem acontecendo desde o dia 25 de Abril em que a Junta de Salvação Nacional tomou a chefia da Nação.

O povo Português mais uma vez deu plena satisfação de maturidade e de um querer que as Forças Armadas vieram trazer ao País em 25 de Abril.

A Liberdade de «Um Povo Unido, que jamais, será vencido».

### Um comunicado dos Jornalistas do Porto

«Considerando que a imprensa Diária pertence a poderosos grupos económicos; Considerando que os jornais por esse facto representam apenas a vontade e a ideologia desses grupos;

e considerando que a circunstância de ter sido abolida a censura não é suficiente, por si só, para garantir as jornalistas a possibilidade duma informação completa, verdadeira e sem entraves, jornalistas do Porto alertam o povo para as limitações ainda existentes, na certeza de que lhe cabe um papel fundamental da conquista da informação verdadeiramente ao seu serviço.»

Este manifesto é assinado por dezenas de jornalistas.

"Instituído como Feriado Nacional obrigatório O Dia 1º de Maio Constituiu insofismável prova da civismo do POVO PORTUGUÊS"  
In: *Notícias de Penafiel*, 3 de maio de 1974, p. 3.

# Gazeta de Paços de Ferreira

JORNAL REGIONALISTA

(Quinzenário (à quinta-feira))

Composto e impresso na «Gráfica Paços»

Sede da Administração: Sobrão - Paços de Ferreira

Propriedade de José F. Martins - «Gráfica Paços» - Sobrão - Telex, 72251

Director - António Manuel Pereira da Silva Matos

## DIA DO TRABALHADOR

O 1.º de Maio — restituído à consagração anual do trabalhador — foi assinalado nesta vila por uma manifestação pública concentrada junto da Câmara Municipal, tendo-se verificado o alto espírito de civismo de milhares de assistentes.

Discursaram, referindo-se ao significado da data e ao momento histórico que o País atravessa os srs. Padre Joaquim Meireles, Dr. Aloísio Lobo e Renato Magalhães. Justos e prolongados aplausos.

Foram evocados os saudosos republicanos Dr. J. Leão de Meireles e Antero Chaves, e junto do monumento e no Cemitério Municipal colocados ramos de cravos vermelhos.

A Banda de Paços de Ferreira e Panfarra dos Bombeiros Voluntários desta vila associaram-se à manifestação.

## Placas no chão

*Nada de temporal. Ruína e desleixo.*

*Placas de grande utilidade informativa fazem em estilhas ou tombadas como coisa que já não presta.*

*Quem não notara isso em Sanfins (no deslo para a Citânia), na derivação da estrada de Carvalhosa - Paços, e há tempos uma outra em Portas (Melxomit), orientando para Gutmarães?*

*A Câmara e Junta Autónoma recomendamos este múltiplo senão... que não diz bem dos respectivos Serviços.*

## Programa energético...

Os Serviços Eléctricos da Câmara trazem em curso a construção e apetrechamento de postos de transformação na Rai-vosa e Escariz - Penamalor.

Iniciados os trabalhos para a electrificação nas aldeias freamundenses de Outeiro e Cerca. Admitido para breve o reforço da rede de S. Pedro - Campos, em Arrelgada.

Aprovada a remodelação do PT do Carvalho, e considerada a adaptação da iluminação pública em Seroa e Modelos.

## ESTRADAS MUNICIPAIS

*Pelo Ministério das Obras Públicas foram concedidas as comparticipações pedidas pela Câmara para as estradas de Etriz, Ferreira, Arrelgada e Carvalhosa, num total que se aproxima dos 2 600 contos.*

## Abrilada que deitou flor...

Mais uma página para prender na história da Pátria. O dia 25 de Abril findo ocupará as primeiras linhas dessa página, pois às horas mortas, antes que o sol rompesse a bruma, havia um longo mandato governativo que se despedia, ou antes era derrubado sem apelo do seu pódium. Um golpe militar chefiado pelo General António de Spínola veria coroadado de êxito o seu dispositivo.

Nos dias decorrentes até ao momento, tem sido um facto real a normalização da vida portuguesa, e noutro aspecto a liberalização da vida política nacional. Das sete colinas de Lisboa há mais janelas abertas...

A Nação viveu horas suspensas e excitantes. Surpresa pelo cometimento (que estava em levedura lenta), e, no interim, a expectativa, a emoção, a acalmia, tão próprias dos latinos.

De três documentos vindos a público pelo novo regime confiado à Junta de Salvação Nacional, merecem leitura atenta o manifesto do Movimento Nacional das Forças Armadas, o compromisso que a si própria chamou a Junta como líder do Poder e o programa de acção do novo Governo.

Há perfeita harmonia nessas moções de orientação. Delicada, diremos, a guerra no Ultramar e sequente fórmula a propor com vista a uma auto-determinação que anime e interesse os outorgantes.

Augura-se para Portugal uma era de rejuvenescimento, que bem compreendida, e acertada pela boa aceitação de todos, por certo que reverterá em sã justiça, anseio de prosperidade e de ordem.

De acôrdo com os princípios formulados pelos promotores do Movimento, «deveres» e «direitos» estão na base do rumo a seguir; pode afirmar-se que o povo português se encaminha para uma verdadeira maturidade social, no consenso do Mundo.

A celebração do «1.º de Maio», como festa do operariado, foi prova evidente de que estalaram rezeiros de reivindicações, e que afinal, a liberdade gozada não colidiu com quem quer que fosse.

O clima de liberdade que a JSN favoreceu, sob sua ousada égide, concorrerá para mais desempoeirada expressão do pen-

CONTINUA NA PÁGINA 3

## Câmara Municipal

*Após a sessão de 3 do corrente foi expedido o seguinte telegrama:*

Ex.º Senhor General António de Spínola

Presidente Junta Salvação Nacional

LISBOA

Câmara Municipal Paços de Ferreira hoje reunida aprovou por unanimidade a seguinte proposta apresentada pelo seu presidente: No início desta sessão ordinária da Câmara Municipal Paços de Ferreira, a primeira que se realiza, após o Movimento das Forças Armadas, que assumiu o poder no dia 25 de Abril do corrente ano, tenho a honra de propor que fique exarado nesta acta o manifesto da mais alta confiança nos objectivos da Junta de Salvação Nacional, a quem foi entregue o Governo da Nação e presidida pelo ilustre e prestigioso Militar General António de Spínola. O conhecimento público da nova ordem programada dá satisfação às ansiedades longamente acumuladas, alentando a esperança e firmando a certeza de que na vida da Nação se estabelecem outras bases dum conceito de liberdade, que irão assentar na justiça, na ordem e na pacificação, para melhores e mais prósperos destinos entregues e facultados a todos os Portugueses.

Presidente Câmara Municipal

José Maria Pinto de Almeida

## DE VEZ EM QUANDO

A Primavera chegou. E chegou já há algum tempo. Mas foi uma Primavera diferente, em que, quase como num conto de fadas, passámos de um «lugar de escravos a uma Pátria de cravos».

Ora, esta passagem fez-se num dia que jamais será esquecido e que ficará registado nos anais da nossa história como o dia mais glorioso deste século, o dia em que como que fomos todos acordados de um velho pesadelo de meio século e encontramos agora à nossa frente um país que é preciso povoar de paz, de justiça, de fraternidade. Estou, sem dúvida, a referir-me ao glorioso 25 de Abril levado a efeito pelo M. F. A. que, inesperadamente e com o maior espanto, nacional e estrangeiro, derrubou, sem derrame de sangue, um regime que agora se rotula abertamente de fascista, de ditadura, de paternalista.

Fomos restituídos à liberdade! É natural que a nossa geração, que nunca soube o que era ser livre, pois sempre viveu subjugada, como um animal, como um objecto que não fala, se sintia mal e nem sabia usar desta liberdade que lhe foi restituída. Liberdade, mas liberdade verdadeira, sem ser libertinagem, sem ser liberdade de vagabundo, mas sim liberdade na responsabilidade.

Agora, sim, pode ser construída a verdadeira paz, na confiança, na amizade, na liberdade responsável, diferente da paz que se baseava no medo...

Agora já há liberdade de palavra, associação e reunião. Cada um já tem o direito a exprimir o seu pensamento, de denunciar as situações de injustiça sem que haja algo ou alguém que, como um paternalista senhor de tudo e de todos, o impeça de o fazer.

Haverá talvez pessoas que acham que isto de liberdade de expressão é uma coisa muito «chata» (passe a expressão!). Porque assim podem ser de-

*Continua na 4.ª página*

## Informação errada

Parte do Ministério da Educação Nacional, mas está velhorra. Assim, no Catálogo dos imóveis classificados como de interesse público ou no lote de monumentos nacionais, a Citânia de Sanfins vem designada como de Roriz!

Isto consta de um decreto de 1910, mas entendamos que um catálogo de 1973 devia estar mais actualizado.

O seu a seu dono...

*Há na vida uma riqueza,*

*Uma riqueza e um bem:*

*—E não viver a incerteza*

*Do amor que alguém nos tem.*

*Estátua Alves Pais*

# CARTA DE ANGOLA

Por Dr. Sodré Borgas

Desde há muito, quem, aqui em Angola, está perto da Guerra, sabe que tal situa o não podia eternizar-se. São poucos e muito dispersos os focos de guerrilha; por todo o Estado circulam pessoas e bens sem mais receio do que igual trânsito se faz em qualquer parte do Mundo. Todos sabemos, porém, que só uma soluço política servirá os interesses da Na o, pois é a única que poderá conduzir ao fim das hostilidades e simultaneamente salvaguardar os interesses de Portugal e dos portugueses.

O Movimento das Forças Armadas foi recebido por toda Angola com prudente mas esperança expectativa. Esta terra é, efectivamente, cria o portuguesa e quase 500 anos de influência deram aos angolanos de qualquer raça uma persona-

lidade claramente lusitana. Lamenta-se agora que as ideias salutarmente grandiosas de Norton de Matos tenha encontrado tantos obstáculos à sua realiza o. Durante muitos anos Angola foi, apenas terra para degredados, foi quinta em pousio, foi terra de aventureiros, foi matto por desbravar, foi paraíso para negreiros e comerciantes desonestos.

A Junta de Salva o Nacional, dando plena liberdade aos cidadãos, fez nascer em todos n os renovado orgulho em sermos portugueses e uma f  maior no futuro de Portugal. E ninguém se iluda: a independência e prosperidade de Portugal e dos portugueses depende da consciência e livremente aceite nacionalidade portuguesa de todos os que aqui trabalham.

Um plebiscito realizado com

honestidade, sem fraudes nem pressões, que seja favorável   constitui o de uma Na o de Estados Federados representar , sem qualquer d vida, o fim da guerra e o nascimento de um Portugal Novo, a morte de um Portugal Velho, vilipendiado e hostilizado por quase todos os países do Mundo.

Por outro lado, ninguém se esqueça aí que o pedaço europeu de Portugal é pobre demais para, sozinho, se manter independente e dar Pão decente a todos; ninguém se esquecer  aqui que Angola é demasiado rica para tão poucos — a « lite» dos que c  vivem — conseguirem tornar produtiva essa riqueza e defendê-la da cobiça alheia.

(S. B.)

"Carta de Angola" / Sodré Borgas  
In: *Riba Tâmega*, 10 de maio de 1974, p. 1.

# Comemorações do 1.º de Maio

## RESENDE

O dia 1.º de Maio foi festejado nesta vila com extraordinária e apoteótica manifestação ao Movimento das Forças Armadas.

Foi organizado imponente cortejo que percorreu as ruas da Vila, com diversos díscos, no qual se incorporaram as Bandas de Música de S. Cipriano, «A Velha» e «A Nova».

Depois concentrou-se a multidão em frente aos Paços do Concelho onde deu largas à sua esufiante alegria até altas horas da madrugada com vibrações e exaltações à Junta de Salvação Nacional intercaladas de música alegre e animada, executada pelos referidos agrupamentos musicais e pelos alto-falantes.

Tudo decorreu com grande calor patriótico e muito civismo, ouvidos-se muitos vivas às Forças Armadas e a Portugal.

Nos edifícios públicos encontravam-se içadas as respectivas Bandeiras.

J. RODRIGUES

## Reunião de uma Assembleia dos Democratas de Cinfães

No dia 5 de Maio realizou-se, no salão paroquial, uma Assembleia dos Democratas de Cinfães, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º — Nomeação da Comissão Concelhia do Movimento Democrático.

## CASTELO DE PAIVA

O dia «1.º de Maio», «Dia do Trabalhador», pela primeira vez em Portugal foi festivamente assinalado.

A exemplo do que sucedeu em todo o País, Castelo de Paiva também o festejou condignamente, com uma grande manifestação de apoio às Forças Armadas e à Junta de Salvação Nacional que trouxeram às páginas da nossa História o glorioso «dia 25 de Abril», o dia da libertação dos Portugueses, oprimidos há quase cinco décadas pelo jugo fascista.

Castelo de Paiva também sentiu a alegria da libertação e por isso uma grande multidão se concentrou no passado dia 1, no largo fronteiro à Igreja Matriz para aclamar e vitoriar as gloriosas Forças Armadas de Portugal.

Vibrantes de entusiasmo e de patriotismo, os Paivenses, ostentando grandes cartazes com vários díscos, ovacionaram prolongadamente os oradores da sessão, interrompendo-os para delirantemente darem vivas a Portugal.

Foram promotores desta manifestação os democratas locais, encabeçados pelo Advogado Dr. Justino Strecht Ribeiro.

O sr. Manuel Rebelo da Costa fez a apresentação dos oradores e leu uma mensagem e um soneto do democrata Paivense sr. Manuel Caetano Neves de Oliveira, que não pôde estar presente, mas assim se associou à manifestação.

Continua na página 5

## AO POVO DE LOUSADA:

Chegou a hora que não queriam que tivesses na tua vida a hora de seres tu e seres, livremente, amigo dos outros.

Alguém que há perto de 50 anos se julgava dono de nós todos teve de abdicar e entregar o que indevidamente detinha ao seu verdadeiro dono: o povo que somos todos nós.

Precisamos de recomeçar PORTUGAL, de estar todos presentes nesta verdadeira Primavera.

Por isso e para isso ama-

nhã, Domingo, 28 de Abril, às 6 horas da tarde, é necessária a tua presença frente aos Paços do Concelho, para dizermos aos Homens que fizeram o movimento libertador que estamos agradecidos e podem contar connosco.

PELO FIM DA GUERRA COLONIAL

Viva a Democracia

Viva PORTUGAL

M.D.P. (Lousada)

"Ao Povo de Lousada"

In: *Jornal de Lousada*, 18 de maio de 1974, p. 3.

# Quanto do preço da gasolina

## EXAME PRÉVIO DEMORADO

Foi já pela segunda vez que os preços dos carburantes foram aumentados. E não sem que se prevenisse já, que, para além do agravamento de certos artigos, se a certos países árabes, produtores, resolvessem, muito simplesmente, não venderem os seus aceites, não é certo que esses preços de manutenção dos países consumidores, irão fomentar uma crise enorme. De que modo, se não por meio de uma inflação de salários, se poderá fazer face a este estado de coisas? Na verdade, para além do agravamento de preço dos carburantes, outros produtos, estes de primeira necessidade, como a carne, o bacalhau, os oleos vegetais, o sabão, o azeite, etc. estão incluídos na escala da guerra dos preços. Perguntar-se-á como se poderá pagar mais com o mesmo dinheiro, isto é, com os salários num statu quo de enervar especialmente os vencimentos do funcionalismo público, pois bem. Para já a resposta só pode ser uma: comprar menos e poupar mais, e o mesmo é dizer, apertar um pouco ao cinto.

Entretanto, há de se fazendo reconhecer às entidades patronais, que os aumentos, não se poderá subsistir e que, ao menos, há que encarar o caso com a humanidade requerida; e antes que passemos a país subalimentado e com pior nível de vida...

Se há coisas que poderiam aumentar de preço, sem inconvenientes de maior, com outros artigos, isso não pode-

rá ser o tabaco, as bebidas, mesmo a gasolina em certos aspectos, podem ser dispensado, se o interessado, nisso estiver desinteressado, o mesmo se não dá, relativamente aos artigos necessários à sua sobrevivência. E vejamos quanto não subiu uma garrafa de gás doméstico, o bacalhau, a carne, o leite, etc. etc. Temos que, a continuar neste caminhar, os árabes, dentro de pouco tempo, terão transferido para os seus bancos, ou então noutros, à sua ordem, os dinheiros do mundo ocidental. Ter-se-á verificado a conquista do mundo... pela necessidade de uma sociedade de consumo, que teve de curvar a cerviz ao chamado ouro negro. E, no dizer do xeque Zayed, de Abu Dhabi, onde o rendimento per capita é o mais alto do mundo, em dez anos de rendimento de petróleo, deram um salto de dez séculos. Séculos, vejamos bem...

Convém ainda salientar que o xeque Zayed Ben Sultan Al-Nahyan, é o presidente da União dos emirados do Golfo Pérsico e o mão de ferro do embargo petrolífero.

E que fazermos contra isto? Descobrimos outras fontes de energia. E enquanto isso se não verificar ir consumindo ramos de Angola, nem que isso provoque o aparecimento de mais subprodutos, derivados da maior densidade do petróleo angolano. Mas atentemos que o fuel tem consumo asseguro

rado nas centrais termo-eléctricas...

De Cabinda, já nos referimos em Dezembro, 1.357.459 barris, enquanto que, no mesmo mês, para o Canadá, Estados Unidos e Japão, a exportação foi já inferior. Esses 1.557.459 barris de petróleo vindos de Angola, correspondem aproximadamente a 211.000 toneladas, o correspondente, ainda, a 32% do total exportado por Cabinda. Se consumimos, em média mensal, 512.000 toneladas, ter-se-á que 41% do petróleo importado em Dezembro veio de Angola. Se nos meses de Dezembro os campos serviram, nos restantes meses servirão também. O caminho, na verdade, é este: quer adaptando as refinarias ao tipo de petróleo angolano; quer fazendo a importação, via refinaria de Luanda e, já destilado, se possível. E que dizer, se as explorações fossem nossas, do Governo?

Mas, já que assim não sucede, que, ao menos, continuemos regando com a «água» dos nossos poços, pois, parece grande estultícia deixar regar os campos alheios em desfavor dos nossos, que vão ficando secos e nenhum rendimento darão, depois. Dinheiro por dinheiro, o que está no mundo português é, dinheiro, de portugueses. Mas, se o dinheiro a gastar, pudessem ser poupado, pudessem ser gastos, tanto melhor. Entretanto, continuemos pagando a gasolina aos preços estabelecidos e peçamos a seus produtores para os nossos males.

M. Carneira Pinto

**N. R.** Damos à estampa, tal como o «falecido» Exame Prévio, vulgo Comissão de Censura, retalhou, o derradeiro artigo nosso a ser «liquidado». Noutra parte do Jornal está Inserto o artigo, tal qual o parturejamos. Não será difícil avaliarmos a sua inofensividade, aparte, claro está, para o grupo capitalista visado, ainda que encapotadamente. Sempre escrevemos em defesa das maiorias, sempre pugnamos pelo prestígio da região e do País. Mas, mesmo com a isenção que nos é timbre, não deixávamos de... ser sujeito aos programados cortes do «programa» censório... Um artigo melhor, mais profundo, era, invariavelmente, cortado, anavilhado.

Valeria a pena escrever algo de mais válido? Valia. Mas éramos logo cerceado nos temas a tratar; e... hoje, há que começar de novo, a partir do ponto zero, porquanto estamos «desactualizado em processos de escrita livre e alheia às limitações, a que, desde sempre fomos sujeitos. Pois, começaremos a escrever com a nova terminologia e prometemos desde já, e também «ser alunos dos mais aplicados».

"Exame prévio demorado"

In: Miradouro, 31 de maio de 1974, p. 1.

"Guiné, 16 de Maio de 1974 - Amigos e camaradas" /  
Alfredo Pereira de Oliveira  
In: *Miradouro*, 7 de junho de 1974, p. 4.

*Guiné, 16 de Maio de 1974*

## AMIGOS E CAMARADAS

*Vimos, por este meio, dar-vos conhecimento que a maioria esmagadora dos militares da GUINÉ—BIS-SAU tem vivido ansiosamente os acontecimentos que se têm verificado na nossa terra, mesmo desconhecendo muitos factos, pois os jornais que nos chegam, chegam-nos atrasados. Impossibilitados de assistirmos a tudo o que se passa, mas apercebendo-nos das grandes alterações que em tão pouco tempo se verificaram apelamos para que a vossa ajuda, que pode ser decisiva neste momento nos valha.*

*Queremos, decididamente, que as nossas famílias não nos abandonem e que compreendam que não podem continuar a calar-se quando os seus filhos, irmãos e maridos vão para a guerra ou nela continuam a ser mortos, mutilados e perderem os elevados sentimentos morais e humanitários do nosso povo em que foram por vós educados, para viverem durante longo tempo de comissão num inferno de privações, humilhações e de sacrifícios inúteis que por nada se justificam.*

*Por isso, familiar que nos lês, debes por todos os meios ao teu alcance, pedir que a guerra acabe sem demora para que nós finalmente possamos regressar ao teu convívio, para reencontrarmos os nossos lares, aonde existe Amor e Alegria, para reencontrarmos os os nossos amigos, aonde agora, mais do que nunca há a verdadeira união.*

*O que debes fazer e o que esperamos de ti como teus filhos irmãos e maridos:*

*Na nossa terra, na nossa aldeia, vila ou cidade, juntamente com as mães, pais, irmãos e mulheres dos nossos amigos e camaradas que somos, pedimos-te:*

*Forma comissões, forma grupos, grupos que gritem bem alto e que, junto do Governo Provisório, e Unidades mais próximas das patrióticas Forças Armadas peçam com toda a força o fim imediato da GUERRA E O REGRESSO DE TODOS NÓS.*

*Familiar querido que nos lês, por todos os meios, cartas, telegramas, postais ou telefonemas pede ao Governo Provisório (mas pede gritando para que sejais ouvidos) que determine o regresso imediato das nossas tropas.*

*Com amizade e emoção*  
**O POVO UNIDO JAMAIS SERA VENCIDO**

*Soldados da Guiné*

*Assinado por:*  
*Alfredo Pereira de Oliveira*

## O Momento Político no Concelho

Com a presença de elevado número de democratas, reuniu na Casa do Povo de Celorico de Basto o plenário do Movimento Democrático Concelhio, a que presidiu o sr. dr. António Pereira Marinho Dias.

Da agenda de trabalhos, constava a nomeação de comissões políticas de freguesia com o objectivo de esclarecerem o Povo sobre o momento político que o país atravessa, tentando desse modo a consciencialização política da população e enviar ao ministro da Administração Interna um telegrama, subscrito e aclamado com espantosa ovação pelos presentes, no qual se pede a nomeação e empossamento imediato do sr. dr. Santos Simões e do sr. Tarroso Gomes, respectivamente nos cargos de governador civil e governador civil substituto do distrito de Braga.

A assembleia, por aclamação, subscreeveu outro telegrama enviado ao mesmo membro do Governo em que pede a nomeação duma comissão administrativa para gerir a Câmara Municipal, comissão já proposta ao delegado da Junta de Salvação Nacional de Braga, com a seguinte constituição: dr. António Pereira Marinho Dias, João Maria Pulido de Almeida, António Joaquim da Mota Soarse, José Plácido Gonçalves Palhada e Francisco Magalhães.

in «Jornal de Notícias»

"O momento político no concelho"

In: *Notícias de Basto*, 17 de junho de 1974, p. 3.

# Vão ser nomeadas as Comissões de Controlo dos Meios de Informação

**Pelo Ministério da Comunicação Social foi enviado ao «Diário do Governo» o seguinte decreto:**

«Considerando a necessidade de garantir a efectiva liberdade de expressão de pensamento preconizada no programa do Movimento das Forças Armadas;

«Considerando que a substituição do sistema político anterior terá de processar-se sem convulsões internas que afectem a paz, o progresso e o bem-estar da nação;

«Reconhecendo a necessidade de salvaguardar o segredo dos aspectos militares e de evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas que contrariem a execução do programa do Governo Provisório;

«Verificando-se que aos meios de comunicação social cabe a missão fundamental de cooperar activamente na reconstrução do país, dentro de um indispensável regime de responsabilidade, quer das direcções, quer dos corpos redactoriais;

«Entendendo-se ser necessário garantir ao povo português uma completa isenção da informação, baseada na verdade, na objectividade e no respeito da legalidade democrática e pelos direitos individuais, o que não era possível no regime de censura prévia administrativa, cuja abolição se mantém;

«Admitindo-se a vantagem de os órgãos privados de informação se orientarem de acordo com as suas tendências políticas, sem ingerências que possam impedi-lo, e de contribuir com espírito crítico cons-

trutivo para tarefas de reconstrução nacional, participando no progresso de democratização do país;

«Verificando-se a necessidade imperiosa de evitar o uso indevido duma liberdade que tem de ser responsável, de modo a impedir a condução do país a um clima de anarquia, através do incitamento à desordem e à violência;

«Usando da faculdade conferida pelo art.º 16.º, n.º 1, 3.º, da lei constitucional n.º 3/74, de 14 de Maio, o governo provisório decreta e eu promulgo para valer como lei o seguinte:

«Art.º 1.º — Para salvaguarda dos segredos dos aspectos militares e para evitar perturbações na opinião pública causadas por agressões dos meios ideológicos mais reacconários, fica a Junta de Salvação Nacional autorizada a nomear a comissão Ad Hoc prevista na alínea G) do n.º 2 da secção A do programa do Movimento das Forças Armadas, para controlo da Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema, de carácter transitório, a qual se manterá em funções até à publicação de novas leis de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema.

«Art.º 2.º — A comissão Ad Hoc fica na dependência directa da Junta de Salvação Nacional, conforme o disposto no programa do Movimento das Forças Armadas, funcionando em conformidade com o regulamento elaborado pela mesma Junta e anexo ao presente diploma.

Art.º 3.º — A infracção aos princípios do programa do Movimento das Forças Armadas e da lei n.º 3/74, de 14 de Maio, sujeitará as empresas que explorem meios de comunicação social, por decisão da comissão Ad Hoc, à aplicação de multa até 500.000 escudos e à pena de suspensão até ao limite de

Continua na página 7

"Vão ser nomeadas as Comissões de Controlo dos Meios de Informação"  
In: *Jornal de Lousada*, 29 de junho de 1974, p. 1.

## A construção civil e a segurança no trabalho

Os trabalhos de construção civil apresentam em si muitos perigos para o trabalhador que descuida as regras de segurança destinadas a preveni-lo e protegê-lo. Este deve situar-se, para cada trabalho, em condições seguras evitando que o alcancem os riscos próprios da profissão: quedas de objectos, quedas pessoais, vertigens devido à altura, escadas e passagens estreitas, etc..

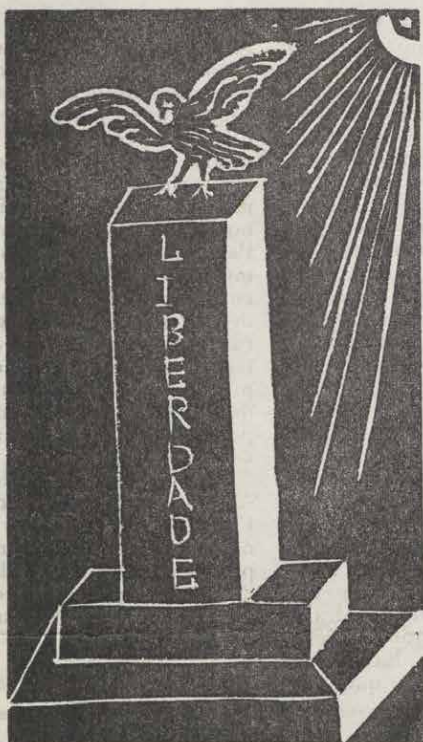
Uma atenção especial deve ser dada ao equipamento de protecção individual, que consiste em calçado de segurança resistente aos efeitos químicos dos materiais (cal, cimento, tintas, etc.), à humidade, à queda de objectos e à perfuração por pregos, pelo que devem ter biqueira e palmilha em aço; às luvas, quando possam produzir-se lesões nas mãos ao manipular-se objectos pontiagudos ou cortantes que possam dar origem à infecção das feridas (pontas de pregos ferrugentas, varões de ferro, etc.); capacete protector, em trabalhos de demolição, na elevação de materiais ou quando se trabalhe aníveis diferentes; cinto de segu-

rança se os trabalhos se fazem em locais elevados como cobertas ou telhados; óculos de protecção para guardar a vista contra a projecção de partículas ou pó; incluindo ainda as máscaras anti-pó ou anti-gás quando se tenham de realizar trabalhos em recintos com muito pó ou que contenham gases tóxicos.

Se se trabalha sobre um andaime, comprovar diariamente a consistência do mesmo; que as tábuas que o constituem estejam solidamente fixadas, devendo o encarregado da obra verificar se estes estão bem construídos, de acordo com as condições regulamentares de segurança. Certifiquem-se de que existem guarda-corpos e rodapé para evitar que caiam objectos e ocorram quedas, normalmente mortais, no caso de se escorregar.

Os acidentes ocorridos na construção civil são, dum modo geral, graves e numerosos. A observação destes preceitos ajudá-los-á a evitá-los e a que cheguem sãos e salvos a vossas casas, no final de cada dia de trabalho.

"A construção civil e a segurança no trabalho"  
In: *Miradouro*, 2 de agosto de 1974, p. 5.



## LIBERDADE

Hoje fala-se muito em liberdade e muitos deturpam-lhe o seu verdadeiro sentido. Já o lembrava Leão XIII numa das suas encíclicas:

«A verdadeira liberdade da sociedade humana não consiste em cada qual fazer o que bem desejar, pois isso acabaria simplesmente em descrédito e confusão e acarretaria a ruína do Estado».

Se bem examinarmos o proceder de algumas classes trabalhadoras, grupos estudantis, e alguns grupelhos políticos que para aí se formam, chegamos a uma conclusão imediata:

Querem ser livres para conquistarem a liberdade, dos outros.

Usar a liberdade, não é abusar dela, não é usá-la num sentido individualista, egocêntrico e autoritário.

Não. Usar da liberdade é usá-la em benefício duma Comunidade. O apóstolo S. Paulo, na sua carta aos Gálatas dá-nos precisamente a sua verdadeira dimensão, quando afirma:

«Irmãos, fostes chamados à liberdade, não a tomareis como pretexto para servir a carne.

Pelo contrário, fazei-vos

servos uns dos outros, pois toda a lei se resume num preceito: «amarás o teu próximo como a ti mesmo».

Por conseguinte, nós poderemos resumir esta frase dos apóstolos nestes dois grandes conceitos que o homem necessita para atingir o seu fim:

Amor e liberdade.

Amor que não seja uma caricatura de amor mas sim um amor autêntico verdadeiro, amor que não seja falsificado mas que possa levar todos os homens a viverem como irmãos.

Liberdade que não foi criada pelo homem, mas sim concedida pelo próprio Deus para o distinguir dos seres insensíveis e dos próprios animais irracionais.

Mas para usarmos convenientemente deste dom sagrado, ninguém tem o direito de fazer aquilo que quer, mas sim fazer o que deve fazer, segundo os ditames da sua consciência, obedecendo sempre às leis estabelecidas que regem a nossa liberdade.

Assim, por exemplo:

Ninguém se pode servir da sua pena para insultar os outros, nem rebaixar o adversário, mas

tem obrigação de o respeitar embora, por vezes, seja necessário corrigir os seus defeitos.

Quanto à liberdade política, todo o cidadão tem de actuar para o bem da Comunidade, não deixando de atender, dum modo especial, as classes mais necessitadas.

Se atendermos à liberdade económica, ninguém pode enriquecer à custa dos outros, sobretudo à custa do sangue dos trabalhadores.

O automobilista, embora goze da sua liberdade, não pode faltar às regras do trânsito, atropelando as pessoas, andar em velocidade excessiva, não atendendo aos sinais das estradas, etc.

O caçador tem de cumprir as leis impostas pela venatória.

Os filhos têm de procurar ser obedientes, delicados, trabalhadores, bons, educados, se querem gozar da liberdade que os pais lhes concedem.

Que seria feito dos homens se não existissem as leis? Se cada um procedesse à sua maneira, sem atender ao bem da Comunidade? Cair-se-ia numa desordem autêntica, numa vida criminosa, numa completa anarquia, onde a vida seria insuportável.

Seremos todos dignos deste dom da liberdade?

Para terminar este artigo, gostaria de pôr à consideração dos leitores aquelas palavras publicadas na revista «Cruzada» de mês de Julho de 1974, em suplemento, pág. 11:

«Há povos, por exemplo, os ingleses ou americanos que são mais calmos, racionais e ponderados (os governos seguem quase sempre mais ou menos o mesmo rumo, respeitando-se e não costumam desfazer uns a obra dos outros).

Por isso pode dar-se maior liberdade, porque o povo não abuso.

Pelo contrário, os povos lotinos e em particu-

Continua na página 3

## Liberdade

Continuado da pág. 1

lar os portugueses são muito exaltados, apaixonados, extremistas, irreflectivos e influenciáveis.

Hoje dizem uma coisa, amanhã outra, fazem manifestações loucas e irreflectidas, exigências e reivindicações impossíveis, mostram-se, por vezes, atrevidos, exaltados e até mal educados. São, em certo sentido, como as crianças a quem não se pode conceder muita liberdade, porque não sabem o que fazem».

Se assim é, procuremos reflectir seriamente para sermos dignos do dom da liberdade.

P.º João Ribeiro

"Mensagem a Beatriz Allende" / Raquel Careto  
In: *Flor do Tâmega*, 15 de setembro de 1974, p. 3.

## Mensagem a Beatriz Allende

Beatriz Allende traz-nos na sua bagagem a ruína, os destroços do seu país: o Chile. Traz-nos também sobre os ombros a sua terra, paisagem dolorosa que Portugal abraça.

Amigos, são os que riem e choram juntos e percorrem caminhos iguais deixando pègadas de sangue que desenham na terra aquele traço negro que nos desliga do passado livre. Em menos de um ano o Chile regressou às suas remotas origens que mais que uma vez se encontram submersas em sangue!

Solidarizamo-nos com Beatriz porque, como ela, desejamos a vitória inteira para o seu malogrado país. A filha de Salvador Allende deve sentir uma profunda emoção ao ouvir este comovente soluço do povo português juntar-se ao seu porque o nosso coração sepultou-se com o dela no dia em que Salvador Allende, glória do Chile, vitória do Chile, pátria inteira glorificada do Chile, foi morto por assassinos, sócias de Pinochet que hoje governam o Chile, essa úlcera da América Latina.

Façamos votos para que possamos fazer consigo parte dum Chile vivo e livre, pois sentimo-nos ligados a ela pela fraternidade do sangue que convulsiona a terra chilena. Portugal guardará da sua visita todas as recordações, pois todas elas trazem vestígios daquela liberdade profunda que Allende, honra e glória do Chile deu ao seu povo, naquele instante intermédio entre a vida e a morte.

Os portugueses e todos os povos livres choram consigo a sua angústia. USTED é a nossa dor.

Setembro de 1974

Raquel Careto

"Manifestação de solidariedade para com o povo do Chile"  
In: *Flor do Tâmega*, 15 de setembro de 1974, p. 3.

## Manifestação de solidariedade para com o povo do Chile

Organizada pela Liga Comunista Internacionalista (simpatizante da IV Internacional) realizou-se, na passada quarta-feira, aniversário da morte de Salvador Allende, uma manifestação de apoio e solidariedade para com o povo chileno, vítima da repressão fascista-capitalista.

A manifestação que contou com a presença de cerca de centena e meia de pessoas, na sua maioria jovens trabalhadores, principiou cerca das 22 horas no Largo da Estação e, dentro da melhor calma e civismo percorreu as ruas da vila até ao Largo Conselheiro António Cândido, onde se realizou um comício, no qual falaram alguns jovens.

Durante a manifestação, na qual se incorporavam vários cartazes, foram gritadas palavras de ordem: «Abaixo a repressão capitalista» — «Greve sem restrições» — Chile, Chile, Chile, Solidariedade» — «Portugal e Colónias, a mesma luta», etc., etc.

Após o comício a multidão dispersou na melhor ordem e compostura.

De notar a ausência de muitas pessoas que se dizem estar contra todas as espécies de ditadura e solidárias com o povo do Chile.

## SEMANA DE APOIO AO POVO CHILENO

Quando estas linhas saírem, já a Semana de Apoio ao Povo Chileno terá terminado, pois ela realizou-se de 4 a 11 de Setembro. Terminou a Semana de Apoio, mas o Povo do Chile, o povo mais martirizado dos nossos dias, continuará no pensamento de todo o bom português.

E porquê? Porque nós portugueses ainda temos bem vincado no nosso pensamento o fascismo com a sua opressão e terror. Recordaremos sempre um povo, que era governado por um homem que via as necessidades daqueles que trabalhavam e que tudo fez para melhorar as suas condições de vida e mes-

mo nos últimos momentos da sua vida, ainda gritou as suas últimas palavras para aqueles a quem defendia: «Viva o Chile, Viva o Povo, Vivam os trabalhadores». Solidarizemo-nos com o povo do Chile, que hoje vive horas de angústia, como nós vivemos antes do 25 de Abril, que uma Junta Militar fascista lhe impõe. Os chilenos perderam a sua liberdade nas mãos dos fascistas, nós portugueses conquistamos a nossa após mais de quatro décadas de opressão. As cadeias encontram-se cheias de patriotas chilenos, cobardemente torturados e cerca de 30 mil já fuzilados.

Continua na página 3

"Semana de apoio ao povo chileno" /P. Pinto  
In: *Miradouro*, 20 de setembro de 1974, p. 1 e 2.

## Papel da Imprensa Regional no processo revolucionário

Em reunião promovida pelo senhor Governador Civil de Viseu, estiveram presentes os responsáveis pela imprensa regional do respectivo distrito, MFA e, ainda, os comandantes distritais da PSP, GNR e Destacamento de Trânsito.

A abrir a sessão o Comandante do R.I. n.º 14, Coronel Coelho da Silva, agradeceu a presença dos órgãos de informação regionais para a troca de impressões com o MFA. Seguidamente o Capitão Luz falou dos objectivos da reunião e do importante papel que representa a imprensa regional, lamentando, entretanto, que alguns jornais não tenham ainda colaborado no processo.

Continua na página 2

"Papel da imprensa regional no processo revolucionário"  
In: *Miradouro*, 12 de abril de 1975, p. 1 e 2.

# IMPrensa REGIONAL

POR ABÍLIO COSTA

A imprensa regional vive, nestes tempos de indefinição política, económica e social, uma enorme crise que tem de ser encarada, fundamentalmente, sob dois prismas: o económico e o ideológico.

A crise económica é proveniente de vários factores: o preço do papel e da mão-de-obra, acrescentado pelas recentes medidas governamentais que visam agravar ainda mais a fraca difusão junto das massas populares dos jornais publicados na sede do concelho.

É sobre a crise ideológica que faremos algumas considerações que mais não pretendem do que expor pontos de vista discutíveis, e que constituem, simultaneamente, uma tomada de posição e uma participação na discussão de um problema que afecta não só quem colabora escrevendo, mas também quem compra.

É inegável o papel excelentemente revolucionário que terão de desempenhar os semanários regionalistas. Eles melhor que ninguém conhecem as carências e anseios das populações; eles melhor que ninguém podem e devem iniciar a criação do «homem novo», respeitando, claro está, os interesses morais e históricos da região, única forma possível para uma autêntica e real construção de uma sociedade em que o Estado não seja «uma máquina de repressão», em que o homem se sinta realizado no seu labor quotidiano, em que o homem possa escolher o seu futuro e o futuro dos seus vindouros; eles melhor que ninguém podem e devem denunciar as possíveis medidas antipopulares decretadas por qualquer governo, sexto ou sétimo, Provisório ou não; enfim, eles melhor que ninguém estão à altura para consciencializar Governantes e Governados na política necessária da descentralização administrativa, económica, cultural e social.

Antes de avançarmos temos de levantar uma interrogação: quem, normalmente, lê os jornais da terra? Sabemos que, também aqui, o privilégio vai para aqueles que dispõem de um grau de cultura médio, para aqueles que dispõem de tempo e condições para lerem os te-

mas dos, tantas e tantas vezes, desconhecidos articulistas.

Sendo assim e porque cremos que é indispensável o esclarecimento e a troca saudável de pontos de vista saudáveis, os semanários têm de preocupar-se não só com os problemas concelhios ou inscritos no seu raio de influência, mas também tentarem a troca de opiniões sobre variados aspectos da vida nacional, para que, sem precipitações ou emotividades, o leitor possa formar uma ideia isenta.

Somos, pois, adversários de qualquer tipo de adulação, seja de pessoas, seja de partidos ou organizações políticas, de esquerda ou de direita, através das colunas dos jornais. Começamos já a ficar saturados de ouvir a rádio e a televisão e de ler alguns jornais que mais não fazem do que o culto de «companheiros» e, por isso, discordamos que as colunas deste ou doutro semanário sirvam para, cegamente, endeusar quem quer que seja.

Quem isto faz não está a ocupar o papel que lhe cabe na transformação da sociedade. Quem se limita a reprovar, verbalmente e quantas vezes oportunisticamente, as afirmações de um general ou de um almirante, quem se limita a fazer artigos anti isto ou anti aquilo não se diga democrata, não se intitule revolucionário, quem abdica da crítica construtiva, da análise correcta, de um exacto equacionar dos problemas não se sirva dos jornais para se autodenominar defensor de quem nunca lhe deu crédito.

Continua da página 2

## IMPrensa REGIC

Não terminaram os ataques à Imprensa Regional. Agora uma circular dos CTT dirigida aos jornais pelos chefes das suas Estações anuncia que a partir do próximo mês de Dezembro os jornais são obrigados a apresentarem-se cintados, sem o que não serão aceites. E as promessas que nos foram feitas em Junho passado pelo então ministro dos Transportes e Comunicações... não passaram de promessas. Continuamos a pa-

"Imprensa regional" / Abílio Costa

In: *Jornal de Lousada*, 29 de novembro de 1975, p. 1 e 2.

# COMISSÕES ADMINISTRATIVAS MUNICIPAIS

"Posse das Comissões Administrativas das Câmaras de Castelo da Paiva e Cinfães"  
In: *Miradouro*, 21 de junho de 1974, p. 1.

## Posse das Comissões Administrativas das Câmaras de Castelo de Paiva e Cinfães

Nos respectivos Governos Cíveis, foram já empossadas as Comissões Administrativas das Câmaras Municipais de Castelo de Paiva e Cinfães, que ficaram constituídas da seguinte forma:

### CASTELO DE PAIVA

Eng.º Rui Fausto Fernandes Marrana  
Dr. Justino Duarte Strecht Ribeiro  
Dr. Alberto da Silva Granja

### CINFÃES

Prof. Manuel da Cerveira Pinto Ferreira  
Dr. José Fernando de Vasconcelos  
Prof.ª D. Emília Duarte Brás  
Prof. José Manuel Pereira Pinto  
Manuel Caetano de Oliveira

## ELEITA A COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

A Comissão Concelhia do Movimento Democrático Português, convocou a população do concelho de Felgueiras, para uma sessão pública, pelas 19,30 horas do dia 17, no salão dos Bombeiros, para ser posta à votação uma Comissão Administrativa da Câmara Municipal, apresentada pelas Forças Democráticas do Concelho.

Foi apresentada uma só lista, formada pelos srs. Anibal Martins, professor aposentado; António de Castro, empregado de escritório; António Leite da Fonseca Durães, pároco de Vila Cova da Lixa; António Joaquim de Sousa, técnico de contas; Hernâni Ferreira Bastos, comerciante; José Maria Machado de Matos, advogado; Júlio Teixeira Martins, industrial; Mário Pinheiro de Magalhães, advogado e Oscar de Araújo Bravo, empregado bancário.

A lista foi aprovada sem nenhum voto contra, mas com 11 abstenções.

A referida Comissão Administrativa, se entretanto for sancionada superiormente, dirigirá a Câmara até às eleições que se farão de acordo com o programa do Governo Provisório.

"Eleita a comissão administrativa da Câmara Municipal de Felgueiras"  
In: *Notícias de Felgueiras*, 22 de junho de 1974, p. 1.

"Aprovada a Comissão Administrativa para a Câmara Municipal"  
In: *Jornal de Lousada*, 29 de junho de 1974, p. 1.

## **Aprovada a Comissão Administrativa para a Câmara Municipal**

Realizou-se pelas 18 horas do dia 25 do corrente no Campo de Jogos desta vila um comício organizado pela secção concelhia do Movimento Democrático do Porto para apresentação dos elementos propostos para a Comissão Administrativa da Câmara Municipal.

Foi aprovada por aclamação a seguinte lista:

Presidente—Rui de Castro Feijó, agricultor, de Vilar;

Vice-Presidente—Padre António de Oliveira Carvalho, pároco de Vilar;

Vereadores efectivos:—Dr. Adérito Guerra, advogado, conservador do Registo Civil e Predial nesta Vila;

—Clemente Ribeiro de Bessa, proprietário, desta Vila;

—Joaquim Carlos Dias Monteiro, professor do Ensino Básico, de Caide;

—João Ferrelra Alves, inspector dos Caminhos de Ferro, de Melnedo.

Vereadores substitutos:—Dr. Abilio Alves Moreira, médico, desta Vila;

—Dr. José Moreira de Moura, médico, de Nogueira;

—António Fernandes (Massas), carteiro, de Sanfins

—José Carlos de Bessa Machado, regente agrícola, de Macieira.

Aguarda-se agora a nomeação da Comissão Administrativa pelo Ministro da Administração Interna.

## Comissão Administrativa

No largo fronteiro ao Grémio da Lavoura, realizou-se um comício, desta vez com massas afectas à Comissão Concelhia de Paços de Ferreira do Movimento Popular Democrático e à Frente Democrática do Concelho de Paços de Ferreira.

Verificada a coligação, foi aprovada uma lista conjunta de elementos que constituirão a Comissão Administrativa para a nossa Câmara Municipal, e de que fazem parte os srs. eng.º Ramiro Ribeiro do Rosário, padre Joaquim Meireles, capitão Francisco José Teixeira de Aguiar, Fernando Santos e prof. Aloísio Lobo.

Fez a apresentação o rev.º padre Carlos Ribeiro e seguiram-se os srs. padre Meireles, dr. Fernando Vasconcelos, eng.º Rosário e por último o prof. Aloísio Lobo, que se referiram ao momento actual e da necessidade de uma política sócio-económica a bem do nosso concelho.

"Comissão Administrativa"

In: *Gazeta de Paços de Ferreira*, 18 de julho de 1974, p. 1.

## Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Amarante

Por portaria de 8/7/74 foi nomeada a Comissão Administrativa para a Câmara Municipal de Amarante, constituída pelos seguintes elementos :

Presidente — Celso Pimenta de Freitas (Advogado)  
Vogais — Eulálio José da Fonseca (Industrial)  
Avelino Braz Pinheiro (Estudante)  
Raquel Leal Careto (Licenciada em Direito)  
Artur Nunes de Freitas (Comerciante)  
Eduardo José Vieira (Comerciante)  
António Magalhães (Empreg. de Escritório)

A Comissão nomeada tomará posse no próximo dia 22, pelas 15,30 horas, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Amarante.

"Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Amarante"

In: *Flor do Tâmega*, 21 de julho de 1974, p. 1.

# MIRADOURO

CINFÃES RESENDE  
CASTELO DE PAIVA

MÓVEIS  
3-EMES  
PARA  
COZINHA  
CASTELO DE PAIVA

ANO 12 - N.º 606  
SEXTA-FEIRA  
26 - 7 - 1974

Director: M. CERVEIRA PINTO  
Proprietário, Editor e Administrador  
MANUEL AFOONSO DA SILVA

FUNDADORES  
Innocêncio Simões Pires Moreira  
Manuel Afonso da Silva

Redactores

ACÁCIO MONTEIRO  
JOSÉ AUGUSTO  
JOSE RODRIGUES DE SOUSA

Redacção - Administração - Comp. - Impressão - GRÁFICA PAIVENSE - Av. General Humberto Delgado - Tel. 65317 - CASTELO DE PAIVA

## Posse da Comissão Administrativa da Câmara de Resende

— Teve lugar no passado dia 17 pelas 10 h., no Governo Civil de Viseu, a posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal deste concelho, que é constituída pelos Senhores Aníbal Adérito Matos do Couto — Presidente — e Vogais Alexandre de Almeida Matos Borges, Fernando Loureiro Emídio, Gualter António Borges e Jaime Pinto Pereira.

Para o efeito, deslocaram-se a Viseu várias pessoas amigas dos empossados.

Regressada a caravana a Resende, cerca das 16 h., era a referida Comissão aguardada no lugar do Paço, à entrada da vila, por muito povo, crianças do Patronato e duas bandas de música, sendo ali apresentados os cumprimentos de boas-vindas ao Presidente Senhor Adérito Couto e respectivos vogais, após o que, em cortejo com distícos alusivos ao acto, todos se dirigiram a pé para os Paços do Concelho.

Antes, e no trajecto, aglomeraram-se pessoas com distícos alusivos à circunstância, arcos, flores e foguetes, nos lugares do Castelo, no Barracão, na Massorra e em Rendufe, as quais davam as boas-vindas à numerosa caravana e a saudavam entusiasticamente.

À entrada dos Paços do Concelho a guarda de honra foi prestada por uma deputação dos bombeiros locais.

Seguiu-se no Salão Nobre da Câmara, devidamente ornamentado, uma sessão solene em que fo-

ram oradores o Senhor Dr. Aires Borges, que em saudação amigável traçou o elogio do Presidente Senhor Adérito Couto, pondo em relevo as suas naturais qualidades e virtudes, dizendo a certa altura que o mesmo já deu suficientes provas ao concelho do seu dinamismo e tacto administrativo, restaurando e reestruturando o Hospital da Misericórdia de Resende, afirmando-lhe que o concelho muito esperava agora ficar a dever à sua acção administrativa e a quem, por fim, desejou as melhores felicidades no novo cargo.

Seguiu-se no uso da palavra a Senhora D. Madalena Chaves, da freguesia de Paus, que em palavras cheias de entusiasmo disse da sua satisfação em ver à frente dos destinos do concelho um homem da envergadura do Senhor Adérito Couto — pessoa merecedora da estima e confiança de todos.

Referiu depois a necessidade e vantagem de mais médicos para o concelho, sugerindo o regresso do Sr. Dr. Henrique Castelo dos Santos, bem como a vinda periódica a esta terra de outros médicos de cá naturais e que residem fora, nomeadamente os Senhores Drs. Victor Cardoso, Valdemar Cardoso e Amílton Coutinho.

Pediú ainda a realização de vários melhoramentos para a sua freguesia.

Terminou com uma exortação às mulheres de Resende para colaborarem na democratização do povo.

Continuação na página 2

## Primeira reunião da Comissão Provisória de Gestão da Misericórdia de Cinfães

Com a presença de todos os elementos que constituem a Comissão Provisória de Gestão, realizou a mesma, em 14 de Julho corrente, a sua primeira reunião.

Os trabalhos começaram pela eleição, entre os elementos da Comissão, dos Presidente, Secretário e Tesoureiro, cujo resultado foi o seguinte: — Gustavo da Costa Fernandes, Presidente; Prof. Carlos Carneiro, Secretário; e Pedro Sousa de Vasconcelos, Tesoureiro.

Em seguida, o sr. Gustavo da Costa Fernandes tomou o lugar da presidência, tendo apresentado cumprimentos a todos os elementos da Comissão, dos quais — disse — esperava a melhor e mais leal colaboração, dando assim início à sessão; propôs-se procedesse, entre os elementos da Comissão, à distribuição de pelouros, a fim de facilitar a administração da Santa Casa da Misericórdia nos seus vários sectores de assistência e outros serviços, cuja distribuição foi aprovada por unanimidade; propôs também que a Comissão realizasse duas reuniões ordinárias em cada mês, o que foi aceite, tendo-se designado o 1.º sábado de cada quinzena, às 14 horas, para tais sessões. Depois, a Comissão apreciou e aprovou os balancetes de «Tesouraria», relativos ao mês de Junho ao da data da Posse e ao do dia anterior à reunião, tendo ainda apreciado de novo pois já havia tomado conhecimento anteriormente, a relação do Património da Santa Casa da Misericórdia. Seguidamente, na apreciação de assuntos, tomou as seguintes deliberações: — proceder a uma vasta campanha para inscrição de novas

associadas, a fim de, com a possível brevidade, promover a realização de eleições para a constituição dos corpos gerentes da Instituição, nos termos legais e estatutários, conforme solicitação feita pela Direcção-Geral da Assistência Social (Ministério dos Assuntos Sociais) através de ofício que foi presente; autorizar o Chefe da Secretaria a efectuar pagamentos urgentes, que não possam aguardar a data das sessões ordinárias; a Presidência deu conhecimento de estar a elaborar um Regulamento Interno do pessoal do Hospital, que submeterá a apreciação e aprovação da Comissão numa das próximas reuniões; a Comissão tomou conhecimento das resoluções de emergência tomadas em conjunto pelos srs. Director Clínico, Chefe da Secretaria e dr. José Fernando de Vasconcelos, médico do Hospital, verificadas entre as datas em que a Mesa Administrativa pediu demissão e, consequentemente se desligou das funções, e a da posse da actual Comissão de Gestão, ratificando todos os compromissos assumidos por aqueles três elementos; resolveu a Comissão intensificar as diligências no sentido de obter profissionais de enfermagem para os serviços do Hospital e contratar, desde já, para ajudantes de enfermagem: Augusto Cardoso e Felismina de Oliveira Campelo, os quais, entre os vários interessados, estão nas condições exigidas; promover o imediato preenchimento da vaga existente de Médico-Radiologista, cuja falta está a causar transtornos e até prejuízos nos servi-

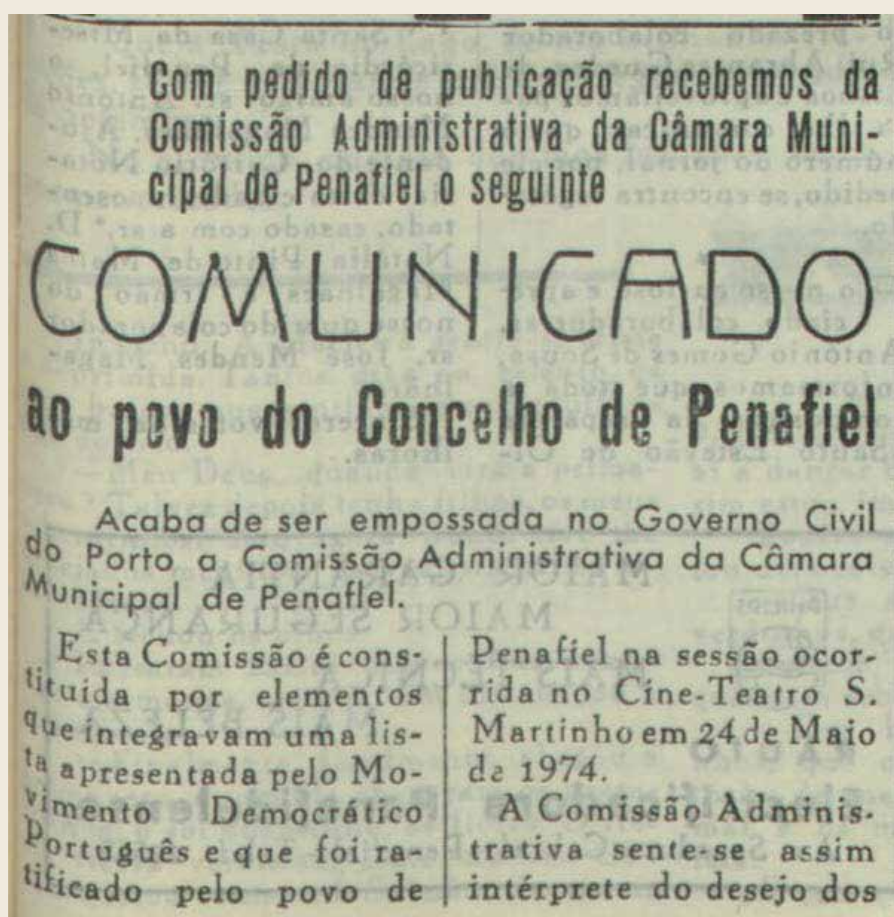
Continuação na página 7

## CASTELO DE PAIVA Juntas de Freguesia

Estão a decorrer na melhor ordem e civismo as eleições das Comissões Administrativas das Juntas de Freguesia.

No próximo domingo, 28, o programa de saneamento será concluído com a eleição das restantes: Bairos, Pornos, Pedorido, Raiva, Real, S. Pedro do Paraíso e Sardoura.

"Posse da Comissão Administrativa da Câmara de Resende" / José Augusto  
In: *Miradouro*, 26 de julho de 1974, p. 1 e 2.



"Comunicado"

In: *O Tempo*, 4 de agosto de 1974, p. 1 e 4.

"Comício em Amarante" / Torcato Bessa  
In: Riba Tâmega, 10 de maio de 1974, p. 3.

## COMÍCIO EM AMARANTE

(Por Torcato Bessa, nosso enviado especial)

Por iniciativa do Movimento Democrático Amarantino, realizou-se no passado dia 4, um comício de informação acerca dos rumos já traçados e a traçar, com vista à actividade do Movimento Democrático que se prepara para as próximas eleições, assim como pretende apoiar firmemente a realização do plano traçado pela Junta de Salvação Nacional.

Além de Centenas de pessoas, estiveram presentes representantes de Movimento Democrático do Porto, Sindicato de Metalúrgicos, Sindicatos dos Bancários, etc.

Os representantes do Movimento Amarantino começaram por dar diversas informações sobre o anunciado e apresentaram vários aspectos da actual situação no concelho, salientando-se, neste capítulo, as palavras do Director do Riba Tâmega, que pôs a descoberto vários problemas de urgente solução. Falou em seguida um representante da classe trabalhadora presente, ocupando-se, nomeadamente, de assuntos de âmbito nacional que, tal como havia sucedido com os discursos anteriores, merecera calorosa ovação.

Entretanto, foi a vez de se ouvirem os representantes dos Sindicatos, que, muito emocionadas pelo ambiente, versaram, além do actual momento político, temas de impor-

tância elevada para a classe operária, em especial a organização, no seio das empresas, de cadeias de ligação com os Sindicatos, para defesa dos interesses sociais de cada um.

Terminaram as intervenções, todas elas misturadas de vivas às Forças Armadas, à Junta de Salvação Nacional, a Portugal e ao Chefe do Movimento Revolucionário.

Foram, em seguida, submetidas a aprovação várias propostas, das quais salientamos:

— Pedido ao Comando Militar para ocupação da sede da extinta A. N. P. — aprovada.

— Proposta às entidades competentes para substituir os nomes de vários arruamentos da Vila, por outros adequados à actualidade. — aprovada —

— Pedido ao Comando Militar para a imediata depuração da Câmara Municipal e a nomeação dum Conselho Administrativo Provisório até resolução definitiva do problema assim criado. — aprovada com ruidosa manifestação —

Posto isto, e não sem que tivesse falado um representante da massa estudantil de Amarante, foi encerrado o comício, tendo-se entoado o Hino Nacional pela voz de todos os presentes.

## Confie

### OS SEUS IMPRESSOS

### à Gráfica de Vila Meã

"Comício Democrático em Penafiel"  
In: *O Tempo*, 26 de maio de 1974, p. 3.

## Comício Democrático em Penafiel

**P**ERTO de três mil pessoas, vindas de todas as freguesias do Concelho, reuniram-se pelas 10 horas no passado dia 12, no Estádio Municipal, para debate político, e, concretamente, de sentido partidário dos conhecidos oradores Dr. Armando Cotta, penafidelense e engenheira Virginia Moura.

Falaram ainda os operários Joaquim Ribeiro e António Mota, o estudante Alberto Teixeira e uma menina estudante do Porto.

Por proposta, foi dado ao Estádio Municipal o nome de Estádio 25 de Abril, tendo sido descerrada a respectiva placa no fim do comício.

Como preito de homenagem, a eng.<sup>a</sup> Virginia Moura ofereceu um ramo de cravos ao RAL 5, na pessoa do senhor Major Castanheira.

O mau tempo de chuva prejudicou, em muito, este comício que se esperava muito mais concorrido.

O prof. Rui Luís Gomes, novo ilustre Reitor da Universidade do Porto, não esteve presente, o que é de lamentar, pois que se trata também de uma importantíssima figura na vida política portuguesa, da qual Penafiel precisa.

# ESTAR DENTRO E FORA DOS PARTIDOS

===== Nuno Teixeira Neves

Disse um orador, no grande comício socialista do Porto, que não faria sentido ter alguém reclamado durante tantos anos a liberdade de associação e recusar-se agora a inscrever-se num dos partidos políticos finalmente possíveis. De acordo com esta lógica teríamos todos o estrito dever de nos alistar-mos para mais adequadamente intervirmos na defesa da democracia. Sendo de temer o comportamento inverso.

Tenho, a respeito, uma opinião diferente. A de quem teme tanto os que estão fora como os que estão dentro dos partidos. Por menos intrigantes palavras: quem teme tanto os que estão apenas fora como os que estão apenas dentro.

Por *estar apenas fora* entendo a posição daqueles que completamente se desinteressam da coisa pública, na qual só participam de modo passivo, como obstáculo natural ou meros figurantes. E por *estar apenas dentro* entendo a posição daqueles que se enfeudam a uma ideologia de tal modo que, interrompendo o diálogo dela com as restantes (operação de que todas as ideologias tiram a força), acabam por degradar a sua própria.

E tenho medo porque uns e outros podem pôr em perigo a democracia: os que estão demasiado fora dos partidos, pelo desinteresse, a falta de dedicação cívica, os que estão demasiado dentro, pela intolerância e rigidez a que podem ser conduzidos, pela cegueira com que se convencem de ter consigo a totalidade da razão pública, restando aos outros não mais que erro e infidelidade. Se estes dois tipos cívicos (dever-se-ia, antes, dizer, *incívicos*) se incrementassem, então acabariam por fazer entre si o tácito convénio de que resultaria um país de obsecados ditadores e abúlicas massas. Incapazes uns ou de concertar as alianças ou de introduzir as alterações que a necessidade e o bom senso imponham, incapazes os outros de defender (e a melhor defesa é a respectiva prática) as liberdades que, em abstracto pelo menos, agora alcançaram.

Há casos, porém, em que os efeitos de tal cegueira não são tão facilmente detectíveis. É o que suponho, por exemplo, dos comunistas oficiais. Eles são suficientemente plásticos e realistas para empreenderem as alianças e as alterações que os seus objectivos implicam. Mas temo que o façam com excessivo risco para a integridade do ideal socialista – e, portanto, para o património ético e cultural da classe trabalhadora. Ou que, assumindo embora esse risco, o não assumam tanto que reconheçam a outros o direito de, em nome e para bem do socialismo, seguirem caminhos contrários, pelo menos divergentes. Eles para quem a unidade não é, por vezes, o termo do sectarismo mas o seu alargamento.

*Continua na página 4*

## Partido Socialista

### Comissão Concelhia de Castelo de Paiva

Foi constituída no passado dia 22 de Junho de 1974 a Comissão Concelhia de Castelo de Paiva do Partido Socialista Português. A primeira sessão de esclarecimento pública acerca do momento político actual e a posição assumida pelo Partido Socialista Português, realiza-se no próximo Domingo, 7 do corrente, pelas 16 horas, no Salão da Casa do Povo de Castelo de Paiva.

## CONVITE

O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS (AVEIRO), por intermédio da sua Comissão Concelhia de Castelo de Paiva, leva a efeito, no próximo Domingo, dia 7 de Julho, pelas 16h e 30m, no salão da Estação, uma assembleia de esclarecimento político, que terá carácter público, destinada aos habitantes das freguesias de S. Pedro do Paraíso, Raiva, Pedorido e a todos os trabalhadores das Minas do Pejão.

Esta assembleia será presidida pelo sr. Dr. Carlos Candal, de Aveiro, que também a orientará, fazendo-se, para o efeito, acompanhar de representantes de outros Partidos Políticos.

"Partido Socialista - Comissão Concelhia de Castelo de Paiva"

"Convite - O Movimento Democrático Português (Aveiro)"

In: Miradouro, 5 de julho de 1974, p. 5.

## CAUSA MONÁRQUICA

Com a participação dos dirigentes de todo o País e representantes das Ilhas Adjacentes e do Ultramar, reuniram-se os Órgãos da Causa Monárquica. Presidiu à abertura da Sessão o Secretário-Geral, tendo a seguir os trabalhos decorrido sob a presidência do Dr. António Martins da Cruz, da respectiva Junta Central.

No final, foi elaborado o seguinte comunicado:

1—A Causa Monárquica confirma a sua natureza de Instituição de estudo de cultura e de doutrinação, com que foi criada em 1914 e a que sempre se tem mantido fiel.

2—A causa Monárquica não se integra em nenhum partido político. Aconselhará, porém, aos seus filiados, a colaboração com aquele ou aqueles partidos que se proponham a defesa de princípios e valores da sua Doutrina.

3—A Causa Monárquica regozija-se com a restauração das liberdades fundamentais operada pelo Movimento das Forças Armadas e, usufruindo agora da possibilidade de livremente difundir a sua doutrina, espera poder contribuir validamente para a consciencialização política do povo português, expondo e estudando as grandes linhas dos problemas que efectivamente tocam na sua vida e no seu destino, à margem de «slogans» alliciantes que apenas o iludem e o enganam.

4—A Causa Monárquica aponta com inquietação os atropelos e desrespeitos dos direitos e garantias individuais praticados nos estabelecimentos de ensino, nas empresas, nos serviços públicos, e em geral, na actuação de vários grupos e entidades, que clara e intencionalmente procedem com desrespeito, e até desafiando, as orientações ou instruções concretas das autoridades, constituídas. E afirma a sua esperança em que essas autoridades, com serenidade mas com firmeza, continuem a actuar por forma a restabelecer sem demora a tranquilidade nos espíritos e a ordem política, económica e social do País.

5—A causa Monárquica formula votos para que as autarquias locais pos-

sam regressar quanto antes à sua tradicional liberdade e independência na respectiva administração, mormente quanto à escolha dos seus representantes e ao livre funcionamento de todos os seus órgãos e lamenta que a designação dos seus responsáveis esteja a ser feita por exclusiva indicação partidária o que, demonstrando a audácia de alguns, constitui uma afronta para a grande maioria que nem sequer foi ouvida.

6—Protesta também enérgicamente contra as ofensas à consciência católica de inúmeros portugueses, praticadas por grupos ou entidades fazendo, irresponsavelmente, desde a defesa do aborto livre até à tentativa de transmissão pela T. V. de um espectáculo grosseiramente atentatório da dignidade da Igreja e dos seus altos dirigentes.

7—Em face da anunciada política ultramarina do Governo Provisório, a Causa Monárquica reafirma a sua conhecida e tradicional posição de defesa do Ultramar e repudia, por isso, quaisquer manobras de abandono das suas províncias e populações, sem distinção de etnias, de cultura, de credos religiosos ou políticos.

8—A Causa Monárquica olha, com a mais grave apreensão, a actual conjuntura económica e social do País, receando que se avizíne, nesse domínio, uma das maiores crises que têm afectado a Nação.

Na sua raiz estarão certamente males que a Causa Monárquica já antes de 25 de Abril publicamente denunciara: o ceticismo e a descrença que se haviam apoderado da consciência nacional; a casuística como directriz de solução dos problemas económicos nacionais; o poder discricionário comandado pelo tráfico de influência; o abandono da lavoura, a acumulação da riqueza nas mãos de poucos, devida ao puro jogo dos oportunismos, etc.

Porque o agravamento da crise pode precipitar a Nação no caos, a Causa Monárquica recomenda a todos os portugueses, seja qual for o seu escalão profissional, a melhor compreensão e

colaboração com as providências que, ainda que custosas, venham a ser decretadas pelos responsáveis e se mostrem idóneas para debelar o mal.

9—A Causa Monárquica considera o trabalho como verdadeiro criador da prosperidade e do progresso da Nação, em plano de mérito e de função social, idêntico ao capital e à propriedade privada. Defende, por isso, para os trabalhadores, igual tratamento e efectiva e justa participação na riqueza produzida.

Espera que o respectivo enquadramento sindical venha a ser verdadeiramente livre, ao serviço exclusivo dos trabalhadores, já que sindicatos dominados pelos partidos é a estes que primeiramente servem!

10—A Causa Monárquica põe em relevo as posições de sacrifício que estão a ser criadas às actividades económicas, nomeadamente aos pequenos e médios lavradores, aos pequenos e médios comerciantes, aos pequenos e médios industriais que, desprotegidos de estruturas que aguentem as exigências a que estão a ser sujeitos, devem merecer, como suporte maior da vida económica nacional, especial cuidado e protecção, sob pena de soçobrarem.

11—Só pela educação, o homem atinge a plenitude no desenvolvimento da capacidade de que Deus o dotou. A Causa Monárquica entende, por isso, que o ensino posto ao serviço dos portugueses há-de oferecer-lhes, em todos os seus graus, além das soluções técnicas que a pedagogia e tecnologia permitam além duma formação integral como homem e como português, na liberdade e no amor da Pátria, uma efectiva e verdadeira igualdade de oportunidades por forma que a carreira escolar de cada um dependa apenas do seu próprio esforço.

Na sequência desse entendimento, a Causa Monárquica espera que cesse sem demora a injusta desigualdade de tratamento que vem sendo dispensada ao ensino particular.

12—A Causa Monárquica, ainda que aí possa

## De vez em quando...

**1.** Era do conhecimento público que as secções do Movimento Democrático Português (M. D. P.) e do Partido Socialista Português (P. S. P.) em Baião tinham feito duas propostas diferentes para a Comissão Administrativa da Câmara Municipal.

Qual das duas seria a melhor? Atrevemo-nos a pensar que a do M. D. P. para os aderentes do Movimento Democrático e a do P. S. P. para os do Partido Socialista... De tal forma que, por esta linha de ideias, poderia ser aprovada a proposta do Partido Socialista, como aconteceu com a do Movimento Democrático.

**2.** Simplesmente, o M. D. P. e o P. S. P. juntos não são Baião. E muito menos considerados separadamente.

A maioria de Baião é silenciosa. Entende, com verdade, que nada sabe de política; ainda é dominada prudentemente pelo medo; e segundo a psicologia rural, é desconfiada. Queremos dizer que a ignorância, o medo e a desconfiança são três «partidos» maioritários da concelho.

**3.** Desde o começo, nos temos interrogado sobre qual a melhor solução política que se poderia ter encontrado agora, em situações e contextos como os que se deram aqui, em Baião.

Quanto a nós, o exemplo de Lisboa e os superiores interesses do concelho deveriam levar-nos a uma coligação. E, valha a verdade surgiria uma lista muito mais enriquecida, em nosso entender.

**4.** Mas, ressalvadas as devidas proporções, podemos comparar o civismo de Lisboa com o de Baião? Já ninguém se lembra? Que pena!...

OBSERVADOR

"De vez em quando..."  
In: Serra Bendita, 3 de agosto de 1974, p. 1.

# Partido da Democracia Cristã

## COMUNICADO

Do Partido da Democracia Cristã, recebemos um extenso comunicado em que faz diversas considerações ao actual momento político, entendendo ser seu dever, dada a força política e cívica, que diz, polarizou em seu redor, denunciar por quanto de flagrante atropelo representa o Programa do M. F. A. e às recomendações do Presidente da República:

1.º O continuar a permitir-se que individualidades no desempenho de funções ministeriais se utilizem dessa situação de privilégio para fazer propaganda dos Partidos que lideram, tal como vem de suceder, nos Açores, com Mário Soares, o qual ignorando a sua condição de Ministros dos Negócios Estrangeiros e as conseqüentes e delicadas responsabilidades que o desempenho de um tal cargo envolve, se arrogou o direito de proferir na sua chegada àquelas Ilhas e durante um comício do Partido Socialista nas mesmas realizadas, afirmações relacionadas com a utilização das bases americanas das Lages que nos permitimos classificar de inoportunas e inamistosas, afirmações essas inimagináveis fora de um contexto de negociações diplomáticas cujo processo normal define o tratamento de uma política externa entre potências responsáveis.

2.º O autorizar-se, no presente regime de excepção que o País vem a viver, a extraordinariamente publicitada realização de apoio que se diz ser do Povo português (que Povo) ao Povo irmão do Chile — o que muito para além de razões puramente humanitárias tem um objectivo marcadamente "político", de franca e aberta intromissão na vida de uma Nação com a qual Portugal mantém relações diplomáticas normais. Semanas de apoio deste género, poderiam ter sido e não o foram organizadas ao tempo do regime deposedo em 25 de Abril, quando das brutais repressões das revoltas dos povos húngaro, polaco e checoslovaco, impiadosamente esmagadas pelos tanques russos — factos estes que não inspiraram uma só palavra de protesto ou de emoção por parte dos agora "fervorosos" amigos do Povo chileno.

Quanto aos acontecimentos que têm vindo a ocorrer no Chile — o Partido da Democracia Cristã sente-se completamente à vontade para uma tomada de posição, porque como se sabe — é de História recente — foi justamente o Parti-

do irmão do Chile, a Democracia Cristã de Eduardo Frey, quem com os seus mais de 50 por cento de votos deu possibilidade ao malogrado Salvador Allende, que poucos por cento mais obtivera, de ascender ao poder com a chamada "Unidade Popular", a qual tendo fracassado na sua experiência socialista acabaria por ruir com o golpe militar desferido por Pinochet, golpe de força que não aplaudimos mas que não nos leva a alinhar em semanas de apoio das do género tão ampla e exuberantemente anunciadas.

Ao finalizar, quer o Partido da Democracia Cristã tornar bem claro que pretende e procura fazer com que os portugueses se sintam viver uma liberdade autêntica e nunca uma liberdade ultrajada, com o perigo de externamente se criar uma "imagem" não de um Estado Social de Direito, por que nos batemos, mas de uma "poródia política" de mau gosto que ninguém por certo deseja e o País não merece.

---

## Casamento

Na Igreja Paroquial da freguesia de S. Salvador de Unhão, deste Concelho, realizou-se no passado dia 14, o casamento da Sr.ª Dr.ª Alberta Maria de Paiva Borges, Licenciada em Medicina, filha do nosso assinante Sr. Alberto Borges de Castro e de sua esposa D. Maria da Conceição Freitas Paiva, com o Sr. Orlando Alvaro Correia, Tenente Miliciano, filho dos Srs. Manuel Trigo Correia e de D. Irene Cândida Machado Correia, residentes em Silva Porto — Angola.

Foi celebrante o Revd. P.ª Jorge de Macedo Pereira Martins, Pároco da freguesia, que proferiu uma brilhante alocução aos noivos.

Finda a cerimónia religiosa, extenso cortejo de automóveis dirigiu-se para a Pensão Albano, em Felgueiras, onde foi oferecido aos noivos e convidados, um excelente copo, d'água primorosamente servido por aquela Pensão.

No final, os noivos seguiram de automóvel para Lisboa, onde vão fixar residên-

"Partido da Democracia Cristã - comunicado"

In: *O Jornal da Lixa*, 20 de setembro de 1974, p. 5.

"O P. P. D. não reconhece legitimidade à C. D. E. para intervir no processo eleitoral"  
In: *Flor do Tâmega*, 29 de setembro de 1974, p. 1 e 2.

## O P. P. D. não reconhece legitimidade à C. D. E. para intervir no processo eleitoral

O Partido Popular Democrático não se encontra, nem nunca esteve representado na estrutura orgânica da C.D.E. de Lisboa, sendo, no entanto, certo que interveio em manifestações às quais esta deu a sua colaboração.

Acontecendo porém, que, conforme foi agora tornado público, a C.D.E. de Lisboa pretende organizar-se com vista a disputar as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, entende o P.P.D. tornar pública a seguinte posição:

1 — Ser evidente que a C.D.E. de Lisboa firmou-se com uma finalidade bem clara até ao Dia 25 de Abril, razão que após esta data nada tem que ver com a realidade política portuguesa actual.

2 — A luta anti-fascista e democrática estabelece-se na plataforma dos partidos e claramente através de programas políticos.

São estes, e só estes, que orientam e permitem a opção do eleitorado.

O esclarecimento é uma base das funções básicas e honestas dos partidos, dentro de linhas políticas bem definidas e esclarecedoras.

Para pedagogia política genérica não se formam partidos mas sim associações ou organizações semelhantes que, no entanto, nada têm que ver com a conquista do poder e a concorrência partidária.

3 — Nestes termos não reconhece o P.P.D. legitimidade à C.D.E. para intervir num processo eleitoral que apenas diz respeito aos partidos políticos.

Perante as afirmações que a Comissão Executiva da C.D.E. resolveu produzir, em resposta ao Comunicado emitido pelo P.P.D., cumprenos esclarecer o seguinte:

Não é, jamais o foi, intenção do Partido Popular De-

mocrático estimular qualquer campanha contra forças que empenhadas na luta anti-fascista em que todos devemos estar empenhados, respeitem na sua acção os limites que tal objectivo lhes impõe.

É verdade que o P.P.D. tomou posição, como aliás esclareceu, perante factos que vieram ao seu conhecimento, em documento da responsabilidade da C.D.E.

Se se atentar no facto do P.P.D. nunca ter estado representado na C.D.E., tanto basta para justificar que o que por nós foi referido, só por terceiros — a imprensa diária — poderia ser conhecido.

Dificilmente poderá ser desmentido, que as razões que levaram à constituição da C.D.E., nada tem que ver com a realidade política portuguesa actual. Negá-lo, é

*continua na página 2*

continuado da página 1

desconhecer o significado do 25 de Abril.

Não desconhece a C.D.E., nem a sua Comissão Executiva, que em todos os partidos democráticos actualmente existentes há militantes que ao tempo do fascismo participaram das actividades da C.D.E., como plataforma de unidade na luta anti-fascista.

Hoje, porém, num regime democrático e pluralista, é aos Partidos que cabe prosseguir na luta de defesa da democracia instaurada e das liberdades conquistadas, que tão dignificadamente foi desenvolvido pela C.D.E., e não só, ao tempo da ditadura fascista.

Assim, e pelo exposto, sendo lícito entender que a acção da C.D.E. se esgotou, lícito é também considerar que lhe não pode ser reconhecida qualquer legitimidade para se apresentar às eleições.

E em tal entendimento o P.P.D. não está só.

Finalmente, refere a C.D.E. na resposta que nos dirige, que o objectivo do comunicado do P.P.D. se encontra já esclarecido noutra comunicado emitido por aquela Comissão. Não se conclue, porém de tal esclarecimento, qual o papel que pretende desempenhar nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

Porque não queremos entender falta de inequívoco esclarecimento como sintoma claro da razão do nosso comunicado, aguardamos que a C.D.E. se pronuncie sem reservas, sobre o problema.

Pode a C.D.E. dispensar o reconhecimento da legitimidade por parte do P.P.D., o P.P.D. como partido reconhecidamente democrático é que não se dispensa de tornar pública a sua atitude, e reivindica que o processo eleitoral seja democrático, isto é, procurando que o povo que escolherá, saiba o que vota e em quem vota.

(in «Povo Livre», órgão do Partido Popular Democrático, de 3-9-1974)

# Projecto de Bases do Programa do Movimento Democrático Português

Com o pedido de publicação recebemos da Comissão de Base em Amarante do Partido do Movimento Democrático Português o perâmbulo do projecto das Bases programáticas

1. O programa do nosso Partido, o programa do Movimento Democrático Português é um programa de acção, um programa de união, acção e organização do povo, contra os principais inimigos reaccionários e monopolistas da independência e desenvolvimento da nossa Pátria, pela realização dos grandes objectivos do progresso popular: um Estado amplamente democrático, descolonização, paz, independência nacional, avanço social.

É nossa profunda convicção que todos os esforços e acções, políticas e partidárias, se devem subordinar à grande tarefa da criação e expansão da **unidade e organização do povo** pela destruição do Estado e herança fascistas, pela desimplantação na nossa terra do monopolismo, base da opressão fascista, pelo estabelecimento e vida de um Estado amplo e consequentemente democrático que permita e fomente o florescimento de uma nova sociedade, de novas e mais livres relações humanas, assentes na prosperidade geral.

Para tal, o MDP pretende ser um **Partido de tipo original**: um Partido que sendo a expressão dos objectivos mais gerais, mais importantes e mais imediatos do povo, isto é, das camadas e sectores não monopolistas da população, contribua por isso mesmo, quotidianamente e de mil modos diferentes, para a sua união e organização nas pequenas e grandes tarefas democráticas; um Partido que sendo a expressão da consciência imediata de vastos sectores da população possa por isso mobilizá-los e ajudá-los a avançar pela larga via da construção de um novo Estado democrático; um Partido que sendo a unidade popular concreta e viva favoreça por isso a larga e coordenada iniciativa popular das bases; um Partido que seja o traço de união entre a acção pelos objectivos imediatos da população e as batalhas mais gerais da democracia; um Partido que conserve toda a força de um movimento livre na melhor estruturação partidária; um Partido unitário que dê o melhor da sua actuação à afirmação de uma unidade de forças democráticas inteiramente votada ao serviço da organização do povo.

O MDP como Partido novo de um Portugal novo apresenta-se assim ao País como o **legítimo e vivo herdeiro do que de melhor produziram os movimentos de unidade anti-fascista das últimas décadas**: a profunda consciência popular da necessidade de uma activa e rasgada união e co-operação do povo no seu combate a todas as formas de opressão económica, social e política.

2. O programa do nosso Partido, o Movimento Democrático Português é o programa de um Estado amplamente democrático. O 25 de Abril que exprime e sintetiza num só dia milhares de lutas populares passadas, vencidas ou vitoriosas, foi desde as suas primeiras horas a afirmação da imensa potência da unidade do MFA com as forças populares, do povo fardado e do povo trabalhador. As sucessivas batalhas desde então travadas contra a reacção mais vieram demonstrar que a vida essencial do progresso popular e democrático em Portugal, da sua consolidação definitiva passa pela expansão e fortalecimento na prática, na vida, da união do MFA e do movimento popular, que destrua totalmente o Estado

fascista, institucionalize sob mil formas o povo como supremo órgão do Estado e da sua iniciativa e lhe dê assim a força de derrubar todas as montanhas monopolistas que se opõem ao livre curso democrático e popular.

Compete ao povo português, compete às organizações democráticas, encontrar as formas adequadas que assegurem a **institucionalização no Estado amplamente democrático dessa colaboração das forças populares e das forças armadas que é a chave da vitória e do progresso**. Ao Estado fascista, expressão da ditadura de uma elite monopolista isolada do povo e contra o povo, deve-se suceder a aproximação do Estado democrático do povo que se liberta, a presença do povo soberano e criador em milhares de novos órgãos motores do seu avanço para o futuro.

Os partidos democráticos, as organizações populares, o MFA, devem ser sobretudo, na sua essencial colaboração unitária alavancas e veículos dessa transformação popular do Estado.

Toda a recente história portuguesa indica que o País, que o povo não precisa de partidos que, existindo, pretendam substituir-se por esse simples facto à vontade popular. Isso para Portugal poderia ser mortal, pela desorientação e desorganização populares que traria o jogo capitalista de partidos, o seu sistema europeu de sobe e desce, de oposições formais, de paralização da transformação do Estado que apenas favorece a conservação do poder económico e político dos monopólios.

É opinião do MDP, como partido da unidade do povo, que tudo deve ser feito para sobrepor a unidade popular e democrática à divisão política para lançar as bases de uma longa e decisiva participação do povo na transformação do Estado e do País que lhe deve pertencer.

3. O programa do nosso Partido, o programa do Movimento Democrático Português é o programa da ligação da acção do povo com a acção do governo, do Estado e dos seus órgãos centrais e locais.

O programa do MDP/CDE não se limita a apontar objectivos imediatos e gerais. **Deverá procurar indicar sempre as vias de os atingir. E de os atingir unindo a acção do povo à acção do Estado que o povo liberta e cria.**

Por isso o programa do MDP deve ser o programa que resulta da intervenção popular e na discussão e participação, o programa da iniciativa das bases. Programa do povo deve participar dele e regressar sempre a ele e à sua acção, sendo verificado, actualizado, completado em todos os momentos do próprio movimento da realidade. Programa dos objectivos mais gerais e dos objectivos imediatos do povo, deve ser permanentemente enriquecido e melhorado, contribuindo assim para a unidade popular de pensamento e acção.

4. O programa do nosso Partido, o programa do Movimento Democrático Português, é assim, no essencial, o programa da **acção do povo que estabelece e cria, aliado ao MFA o Estado amplamente democrático.**

Tal é a perspectiva que apresentamos a todos os portugueses: **lado a lado com o MFA, com a sua activa participação e das forças democráticas, institucionalizar a organização e unidades populares e varrer as bases da dominação fascista.**

Fazer da unidade do povo a base de um Estado amplamente democrático e de um País amplamente popular.

"Projecto de Bases do Programa do Movimento Democrático Português"

In: Flor do Tâmega, 10 de novembro de 1974, p. 5.

Congresso Nacional do Partido Popular Democrático"  
In: *Miradouro*, 29 de novembro de 1974, p. 1.

## 1.º Congresso Nacional do Partido Popular Democrático

Decorreu no Pavilhão de Desportos de Lisboa durante os dias 23 e 24 do corrente, o 1.º Congresso do P P D.

Nele participaram 994 Delegados representativos dos militantes do Continente e Ilhas Adjacentes.

Presidiu ao Congresso o Dr. Nuno Rodrigues dos Santos, membro de diversas organizações anti-fascistas, um dos fundadores do M.U.D., e membro de diversas direcções republicanas da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa. Fez parte durante alguns anos de cargos directivos da Secção Portuguesa da «LIGA dos Direitos dos Homens» e foi por três vezes candidato a deputado opo-

sicionista pelo círculo de Lisboa, nos anos de 1953, 1961 e 1965. Pertenceu à Comissão Eleitoral dos Candidatos à Presidência da República, Almirante Quintão Meireles, e General Humberto Delgado, tendo colaborado activamente na campanha da candidatura do General Norton de Matos, além de ter sido ainda co-fundador

da União Socialista.

A Sessão do dia 23, foi dedicada à discussão do Programa do Partido.

Iniciou-a o Secretário Geral Francisco Sá Carneiro, que salientou o denodado esforço e a illimitada dedicação de todos os que permitiram que em apenas meio ano o P P D se implantasse em todo o

Continua na página 8

## Alvaro Cunhal em Aveiro

A fim de participar no Comício do Partido Comunista Português, que se realiza em Aveiro no próximo sábado, dia 30, às 15 horas, Alvaro Cunhal estará presente no Pavilhão Gimnodesportivo e usará da palavra.

"Partido Socialista" / P. Pinto

In: *Miradouro*, 22 de fevereiro de 1975, p. 1 e 2.

## PARTIDO SOCIALISTA

No dia 9 de Fevereiro, pelas 16h e 30m, foi levada a efeito uma sessão de Esclarecimento do Partido Socialista, no concelho de Cinfães.

Com a ampla garagem do Café Angola repleta de gente, foram oradores os representantes da Comissão Distrital do Partido Socialista: João de Lima e Álvaro Monteiro que se dirigiram especialmente aos agricultores, concretizando problemas

Continua na página 2

## MULHERES PORTUGUESAS,

PORTUGAL PRECISA DE NÓS!

Cabe-nos uma grande responsabilidade: sejamos conscientes de que somos a maioria da Nação—SOMOS 55.º DO ELEITORADO PORTUGUÊS.

Temos uma oportunidade única na vida portuguesa desde há 50 anos: ELEIÇÕES LIVRES.

Apelamos neste momento difícil do nosso País para o bom senso da mulher, para a sua calma, para a sua consciencialização e colaboração. Mostremos ao mundo que estamos profundamente empenhadas em continuar a nossa revolução com flores nas armas e com flores nos corações. Apelamos para todas as mulheres de todas as ideologias políticas, ou independentes, unidas numa frente comum: a de sermos mulheres democratas.

SOMOS PELA VIDA—NÃO QUEREMOS A MORTE

SOMOS PELA PAZ—NÃO QUEREMOS A VIOLÊNCIA

SOMOS PELO AMOR—NÃO QUEREMOS O ÓDIO

QUEREMOS A LIBERDADE E DEMOCRACIA, QUEREMOS PORTUGAL LIVRE PARA OS NOSSOS FILHOS E PARA O NOSSO POVO.

ESTAMOS PRESENTES NO NOSSO PORTUGAL E TEMOS AINDA NOS CORAÇÕES A GRANDE ESPERANÇA DO DIA 25 DE ABRIL!

Nós somos as mulheres conscientes de sermos as grandes dadoras da vida—somos as mães da humanidade inteira.

Um grupo de Mulheres Trabalhadoras do Partido Popular Democrático do PORTO

"Mulheres portuguesas"

In: *Miradouro*, 22 de março de 1975, p. 2.

## AGRICULTORES DA BEIRA DOURO E O 25 DE ABRIL

Um ralar novo e diferente de luz e esperança ecoou no céu político de Portugal como âncora salvífica de barco em deriva angustiante.

O povo em uníssono, aderiu sem medidas ao novo regime criado pela revolta dos capitães e chefiado pela Junta de Salvação Nacional, à frente da qual o já historicamente consagrado General António de Spínola preside.

Hora urgente o momento que passa, ao qual ninguém se pode alhear, deixando para os outros a

Continua na página 8

"Agricultores da Beira Douro e o 25 de abril" / Adão Sequeira  
In: *Miradouro*, 24 de Maio de 1974, p. 1, 6 e 8.

# Reunião de agricultores no Grémio da Lavoura de Felgueiras

Pelas 21,30 horas do dia 5 do corrente, reuniram-se no Grémio da Lavoura local, cerca de 100 agricultores, incluindo caseiros e rendeiros, representantes das freguesias do concelho, com o fim de elegerem uma comissão o mais democráticamente possível, para reorganizar a lavoura local e conquistar facilidades de vária ordem.

Propõe-se esta comissão de carácter particular, colaborar com a actual direcção do Grémio, fiscalizando e orientando a sua acção, de acordo com o Movimento das Forças Armadas, de molde a poder defender os interesses da agricultura.

A mesa era constituída pelos srs. António Alberto Pinto Correia, José Leite de Faria e Costa, Alberto Oliveira Durães da Fonseca, Afonso Américo Ribeiro e Domingos de Azevedo.

Abriu a sessão o sr. António Alberto Pinto Correia, que disse:

*Minhas senhoras e meus senhores:*

*Antes de entrar propriamente no trabalho que nos propomos realizar, o qual só será possível desde que mereça a vossa aprovação, queremos esclarecer-vos que os mesmos trabalhos são apenas, um estudo que visa à defesa dos interesses da agricultura, absolutamente alheio a qualquer facção política, embora condi-*

*cente e de acordo com o Movimento das Forças Armadas.*

*É nossa intenção não nos desviarmos do programa pré-estabelecido, não somente para economia de tempo, mas, muito principalmente e dado o momento presente evitarmos a introdução de qualquer diálogo de carácter político que está absolutamente à margem do que nos propomos realizar.*

*Posto isto, cónscios de nos termos feito compreender, vamos entrar na ordem dos trabalhos.*

## ESTUDO DA TRANSFORMAÇÃO DO GRÉMIO NUMA ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE FELGUEIRAS COM CARÁCTER COOPERATIVO

- 1) - Formação de uma associação dos agricultores de FELGUEIRAS;
- 2) - Extinção do Grémio e transferência do seu activo e passivo para a Associação Cooperativa;

- 3) - Através da transferência, verificar qual a quotização de cada associado, que servirá de base para a atribuição das acções;

*Continua na página 2*

"Reunião de agricultores no Grémio da Lavoura de Felgueiras" In: *Notícias de Felgueiras*, 8 de junho de 1974, p. 1 e 2.

# A Comissão de Viticultura já acabou?

Eis uma pergunta que me ocorre fazer perante um problema que dia a dia vê a sua solução tornar-se mais difícil. Por que esperam? O pânico do preço dos vinhos torna-se alarmante cada hora que passa. Com efeito, dada uma nascente abundante tudo faz prever uma colheita record. Muitos viticultores não tendo onde envazilhar a nova produção vêem-se obrigados a vender os seus vinhos a um preço que não compensa. É a sua única fonte de recursos, pois milho e outros artigos da lavoura, já o não recebem ou não são rendáveis. E assistimos de braços cruzados a este grande problema? A Comissão de Viticultura nunca fez nada de positivo pela lavoura. Afadigou-se por Fulano ter uma pipa de vinho que numa análise rigorosa mostrou um átomo de produtor directo; processou determinado Cicrano, porque transportou sem guias dentro do mesmo concelho duas pipas de vinho para a sua adega. Pugnou pela melhoria dos vinhos, dizem pomposamente, mas os seus fiscais passam de largo por casas marteleiras, que nas suas barbas fabricam vinho, e, fecham os olhos quando algumas firmas exportadoras o enviam adulterado para o estrangeiro. Concretamente podemos dizer: A Comissão de Viticultura dos Vinhos Verdes é um parasita da Lavoura e os parasitas exterminam-se. Porque esperam? Estou mesmo certo dada a sua existência há tantos anos, dada a sua exploração sistemática em que nos levam

cem escudos por pipa de vinho já podem ser afastados para longe onde gozam tranquilamente os produtos do saque. E quem os substitui? Sim, um Organismo como este com tantas receitas tem que ter um activo palpável. As suas instalações que mais parecem palácios de mármore e granito, os seus carros luxuosos que ostentam nos parques privativos dão uma ideia clara da abundância. Temos um Grémio, Associação de Lavradores forçados. Na prática como todos sabem não defende os interesses da lavoura cabalmente. Modifique-se a sua estrutura, ponham-se à frente direcções rotativas de homens da lavoura. De momento não queremos mais farelo; outros problemas exigem a nossa maior atenção. Reunam-se lavradores, defendam o interesse da classe. Para já marque-se o dia 23 do corrente para reunião na Casa do Povo desta vila pelas 5 horas da tarde. Eu lá estarei, não com sentido demolidor, mas na procura da solução dos nossos problemas. Sem «slogans», sem estribilhos ou cartazes procuramos formar uma direcção que activamente nos defenda e simultaneamente nos resolva para já o problema mais premente: a colocação ou queima dos vinhos, antes que sejamos obrigados a vendê-los por um preço que não cobre os encargos, nem que nos recompensa dos gastos que tivemos no seu tratamento.

António de Melo Coutinho

"A Comissão de Viticultura já acabou?" / António de Melo Coutinho  
In: *Notícias de Basto*, 17 de junho de 1974, p. 1.

## U.T.E.P. União de Trabalhadores e Estudantes Paivenses

Para a juventude trabalhadora e estudantil um grupo de jovens devido a:

- 1.º— Não ter actividades para preencher os tempos livres, além das cartas e do dominó;
- 2.º— Ao fosso que separa os estudantes dos trabalhadores;
- 3.º— A falta de convivência social;

E julgando que agora, mais do que nunca, temos o apoio de todos, resolvemos:

- 1.º— Constituir um grupo extenso (U.T.E.P.) para todos os que queiram nele se integrar.
- 2.º— Organizar dentro desse grupo uma série de actividades como: futebol, teatro, ténis de mesa, voleibol, arqueologia, atletismo, informação e jogos de mesa.

Necessitamos do teu apoio, pedimos que colabores connosco, pois só assim satisfaremos os teus ideais.

N.B. — Se quiseres colaborar informa-te, para poderes dar o teu nome, no Centro Social e Paroquial de Castelo de Paiva ou aparece às nossas reuniões.

U.T.E.P.

"U.T.E.P. União de Trabalhadores e Estudantes Paivenses"  
In: *Miradouro*, 21 de junho de 1974, p. 3.

# Problemas da Lavoura



Decorridos quase três meses, após o 25 de Abril, a lavoura continua em condições muito precárias, sobretudo nesta região e os seus problemas estão ainda por resolver. O milho praticamente não tem procura e se o lavrador se vê obrigado a vender uns alqueiritos para governo de sua casa, tem de sujeitar-se a preços

completamente irrisórios. O vinho sofreu uma grande baixa e também não tem tido grande procura. A carne desceu e os lavradores com o gado caro vêem-se atrapalhados para o vender. A batata, isso nem se fala, a 2\$00 ou 2\$50 compensará o trabalho com a sua plantação, atendendo aos preços da semente, adubos e

tratamentos necessários?

No entanto, se passarmos pelos mercados citadinos verificamos que alguns artigos de lavoura se vendem bastante caros.

Assim: há dias, ao passar por uma rua da cidade do Porto olhei para a montra dum estabelecimento e havia ali feijão tabelado a 75\$00 o Kg.

Feitas as contas, ficava o alqueire a 1.275\$00 e afinal aqui vende-se a mesma medida e o mesmo artigo a 250\$00.

Ainda não vai muito tempo eu e uns amigos entramos num café-bar, ali para os lados de Felgueiras, e mandamos vir vinho.

Devíamos ter bebido litro e meio de vinho e pagamos a «magra quantia» de 45\$00!

Quem lucrará com estas diferenças de preços? Não serão os intermediários?

O pobre do lavrador é quem trabalha e no fim fica sempre de mãos vazias.

Quando chegará o tempo em que eles próprios, através do seu sindicato, terão facilidade de colocarem os seus artigos directamente no mercado, beneficiando de todos os lucros?

Temos ouvido falar em greves por esse País fora (algumas delas sem razão de ser!), no entanto, o trabalhador do campo continua calmo, paciente, sem apresentar as suas reivindicações.

E' que o lavrador, habituado ao trabalho duro da enxada, sabe esperar pacientemente.

Trabalha a terra com o suor do seu rosto e com as suas mãos calejadas e duras tira dela o fruto necessário para si e para os outros, contribuindo assim com a sua ajuda para o desenvolvimento do País.

Que a Junta de Salvação Nacional, solicita em resolver todos os problemas, tenha em conta as dificuldades dos trabalhadores rurais e venha ao seu encontro para melhorar a sua situação económica.

P.º João Ribeiro

## f. Albino Pereira de Carvalho

busto de bronze a um escultor portuense para ser colocado no lugar mais central da freguesia de Santa Marinha.

E já começaram a receber-se as primeiras participações no secretariado de homenagem a cargo do antigo aluno Joaquim de Magalhães.

«O Serra Bendita» dará a relação de todas as ofertas associando-se, assim, a essa homenagem àquele que foi um dos seus amigos desde a primeira hora e seu ilustre colaborador.

Todos os interessados podem dirigir-se a qualquer membro das comissões ou ao secretariado permanente.

Para já participaram:

P. António Moreira Barbosa — Sta. Marinha	1.000\$00
Joaquim Magalhães — Sta. Marinha	1.000\$00
António José Matos Pereira — Covelas	1.000\$00
Amadeu Cândido C. Coutinho — Sta. Marinha	1.000\$00
António Ribeiro — Peniche	500\$00
Casa do Povo de Sta. Marinha (foi seu fundador)	1.000\$00
Ricardo Guimarães — Covelas	100\$00

## COOPERATIVISMO

Prosseguem as diligências para a criação e funcionamento assegurado a curto prazo de uma cooperativa polivalente, capaz de tentar resolver o processo benéfico de vendas e compras entre agricultores. Alguns aspectos fundamentais que foram devidamente esclarecidos nas diversas reuniões a nível de freguesia e que tiveram ontem seu termo em Sanfins: cooperativa preenchida com proprietários (em regime de empresa directa) e lavradores rendeiros; gestão entregue a pessoas da lavoura; admissão e retirada livre de associados; sistema da distribuição dos produtos, maquinaria de apoio aos trabalhos dos associados, etc.

Hoje, pelas 16 horas, reúnem, nos Paços do Concelho, os delegados eleitos nas freguesias, entrando em discussão o projecto dos estatutos.

"Cooperativismo"

In: *Gazeta de Paços de Ferreira*, 5 de dezembro de 1974, p. 1.

"As cooperativas agrícolas e a experiência de Castelo da Paiva"

In: *Miradouro*, 5 de abril de 1975, p. 1 e 8.

## As Cooperativas Agrícolas e a experiência de Castelo de Paiva

O movimento cooperativo, reunindo esforços humanos, constitui uma via importante para que a sociedade atinja uma vivência e sentido verdadeiramente comunitários.

No sector agrícola do nosso país o movimento cooperativo tem um papel altamente importante a de-

sempenhar no arranque económico, social e cultural das populações rurais.

É, associando-se em cooperativa que o pequeno produtor, com recursos limitados, conseguirá defender-se da exploração capitalista, conseguir uma repartição mais justa dos excedentes, elevar o seu ní-

vel de conhecimentos e, consequentemente, melhorar a sua condição humana.

A experiência que o nosso país tem de cooperativas dirigidas às necessidades do sector agrícola é limitadíssima, se atendermos à falta de verda-

Continua na página 8

"25 de Abril" / EU

In: *Jornal de Lousada*, 18 de maio de 1974, p. 7.

## 25 DE ABRIL

Hora architectada  
num silêncio de parede dobrada,  
num segredo de mar.  
Hora-grito de uma Pátria nova.  
Dedos a apontar  
o abismo da cova  
onde os vivos morriam.  
Canções-senha, coragem,  
forças que se uniam na viagem  
mais bela do País.  
A Pátria, como mãe de parto gemelar,  
generosa, aberta, chorou, sorriu,  
foi louca, foi gente, foi grande!  
Carrascos desfilaram sem grilhetas,  
podres na alma, mordendo azedume.  
Presos do meu País sofriam nas sargetas  
onde os lançaram tubarões que eram cardume.  
Súbito, como ventres que se rasgam  
e no espanto quente de lágrimas-dilúvio  
abriram-se as portas das prisões  
e mil sois raiaram a nascente,  
Portugal saiu das opressões  
e o povo, medroso e inocente,  
aprendia uma palavra nova  
LIBERDADE! LIBERDADE!  
Um tímido soletrar. E fez-se a prova  
gloriosa e firme da maioridade.  
Não houve sangue, não houve nada  
só cravos, só rosas, só flores  
e a surpresa da Pátria arrancada  
às mãos sinistras de vis opressores.  
E a minha Pátria chorou, cantou e riu  
e mordeu a hora ainda quente  
daquele fogo d'alma que surgiu  
como ressurreição para toda a gente.

6 de Maio de 1974

EU

"A nova terra" / Prata de Melo

"«25 de Abril»" / António Mota

In: *Notícias de Penafiel*, 7 de junho de 1974, p. 2.

## A NOVA TERRA

Amanheceu  
de todos  
o dia mais Abril  
nas ruas  
havia fardas verdes  
e no céu anil...

e como num sonho  
as portas abriram-se  
de par em par  
para quem estava  
privados de viver  
e as bocas mudas  
puderam então gritar  
o que os corações sentiam  
e não podiam  
dizer

*Prata de Melo*

## «25 DE ABRIL»

Em cada rosa—uma abelha  
Em cada árvore—um pássaro  
Em cada terra—uma cidade  
Por todo o lado—Igualdade!

As armas—reliquias guardadas  
o sangue azul—Esse, evaporou  
O Snobismo—já desapareceu  
E só fraternidade—Reviveu

*António Mota*

"Alfaiate"

In: *O Jornal de Felgueiras*, 22 de junho de 1974, p. 1.



## O GRANDE MILAGRE DOS CRAVOS VERMELHOS

Neste «Jardim da Europa,  
A' beira-mar plantado»,  
Só os cardos vicejavam  
Cobrindo-o de lado a lado!

As belas flores d'outrora,  
Há muito tinham tsnado,  
Por falta de jardineiro,  
Que as tivesse regado!

'Té as as pobres violetas,  
Perderam o seu primado...  
No aroma das flores,  
Deste jardim bem-amado!

Els, porém, nasce uma núvem,  
Sobre o jardim encantado.  
Deixa cair doce orvalho,  
Que o faz ressuscitado!

«Milagre! Grande milagre!»  
Grita o povo, alvoraçado!  
Onde só haviam cardos,  
Nasciam cravos rosados!

De belos cravos vermelhos,  
O Jardim fica inundado!  
Côr da bandeira bendita,  
Côr de sangue imaculado!

Dia de Portugal — 10 de Junho de 1974.

Celorigo de Basto

*José Lopes*

O grande milagre dos cravos vermelhos" / José Lopes  
In: *O Penafidense*, 25 de junho de 1974, p. 2.

## O Grão Tesouro

Naquela serra, além, vê-se um Castelo.  
mas quem é que se arrisca a lá chegar?  
E' um antigo castelo, e muito belo,  
mas p'ra só ver de longe, e desejar.

Suas portas, quem nas puder abrir,  
em noites de luar ou de Sol de ouro,  
vai ter uma surpresa, ao descobrir,  
escondido, lá dentro, um Grão Tesouro.

Ah, ninguém fique, assim, nesta miragem:  
e vamos todos, sim à Fortaleza.  
Será muito esforçada esta viagem?  
Talvez, mas sem acção não há grandeza.

.....  
Enfim, — numa manhã de Primavera,  
p'ró castelo distante corre o povo,  
e o Grão Tesouro (já não é Quimera)  
vai refazer, com esperança, um país novo.

Bendita essa manhã de flor's e ouro,  
que deste ao nosso povo o Grão Tesouro.

Fernando Queirós

"O Grão Tesouro" / Fernando Queirós  
In: *O Jornal da Lixa*, 20 de setembro de 1974, p. 1.

## DE PROFUNDIS

*E agora, unicamente nos esperam  
As consagradas quatro tábuas. E elas  
Levam os que eram bons e os que maus eram  
Fazem na vida autenticas barrrelas.*

*Paças e soberanos, que viveram  
Em culminâncias, junto das estrelas,  
E a tantos, que tão altos estiveram,  
A tir, a Morte lhes aperta as goelas...*

*E também nós nos acharemos todos,  
Seja de boamente, ou com maus modos,  
No caldeirão do Averno, perenal.*

*E de quantos tombaram nesse Além  
— Ficam lembrando os que fizeram bem,  
— Ficam lembrando os que fizeram mal!...*

A. GARIBALDI

"De profundis" / A. Garibaldi  
In: *O Jornal da Lixa*, 1 de novembro de 1974, p. 1.

"A um mês do Mais Lindo Natal Português:  
O Natal do Portugal Renovado!" / António Pedro  
In: Flor do Tâmega, 24 de novembro de 1974, p. 1 e 2.

## A um mês do Mais Lindo Natal Português:

### O Natal do Portugal Renovado!

por  
ANTÓNIO PEDRO

1961. Imposta por uma política mortífera para a vida portuguesa, principiava em Angola, no mês de Março, a guerra colonial que se prolongaria por os anos fora até 1974. Os jovens portugueses principiavam uma nova etapa na sua vida. Era melhor ir para a guerra. Ou por outra, para «uma acção ofensiva que nos moviam forças vindas do exterior». Começou o suplício da juventude. E não só. Pais, mulheres, filhos, namoradas, todos começavam a sofrer. Portugal inteiro sofria. Todos viam partir, alguns para não mais voltar, os seus entes mas queridos. E, daí para cá, não tornou a haver um Natal alegre. Qual seria a família que não chorava um filho, marido, pai, namorado ausente, nessas noites frias mas que sempre deviam ser quentes e alegres de Natal? E ao celebrar a noite de Natal, a Festa da Família, quantos não se interrogavam a si mesmo, perguntando o que estariam a fazer os seus entes queridos? Estariam vivos? Mortos? Como passariam a noite de Natal? E quantos não devem ao fascismo, à política maldita de Salazar-Caetano, o «favor» de passar em luto o Natal? Quanto choro por essas terras de Portugal, nessa noite da Festa da Família, por um filho ausente, quantas vezes para sempre?

Passamos lá dois natais. Um deles no mato, embora no aquartelamento. A alegria de uns contagia a tristeza de outros e sempre se passa. Mas dentro, bem no íntimo do nosso coração, quanto nos lembrávamos dos familiares ausentes e de muitos colegas que nem sabíamos se ainda seriam vivos! Uma alegria triste!

Outra faceta da guerra, esta talvez sem tantos perigos, é a daqueles que por anti-fascistas, por não concordarem com a guerra fratricida que lhes era imposta, «fugiram» do seu país, arrostando toda uma série de contratempos, deixando pais, filhos, mulheres, quantas vezes na mais angustiante das dores para se fixarem longe das garras do salazarismo-marcelismo que os levavam

para uma guerra de onde não sabiam se voltavam. A juventude portuguesa levava à sua força, o seu saber, a sua vontade indomável de vencer e de uma vida livre para longe do seu querido Portugal.

Tudo tem um fim, porém. E o 25 de Abril, a Revolta continua na página 2



A força da reacção

## A um mês do Mais Lindo Natal Português

continuado da página 1

de muitos que passaram e fizeram passar natais tristes, acabou com a guerra colonial, glória de Salazar e do seu sucessor Marcelo.

Por isso mesmo, o Natal de 1974 vai ser, sem dúvida «O Mais Lindo Natal Português». Os pais, mulheres, filhos, namoradas sabem que neste Natal os seus queridos ausentes já não correrão os perigos de ontem. Sabem que podem «consoar» alegremente, com a certeza de que, possivelmente, no Natal de 1975 já não haverá ausentes.

E virão emigrantes também. O Natal de 1974 tem que ser um Natal diferente. Tem que ser «O Mais Lindo Natal Português». Mas, haverá ainda gente que tenha um Natal triste? Certamente. E quem será essa gente? Essa gente é aquela que viu os seus pais, filhos ou namorados «emigrar clandestinamente», nestes últimos anos, para fugir à guerra do Ultramar. Rapazes que se negaram a servir o fascismo. Rapazes que hoje se encontram em posição ilegal perante o novo e glorioso exército português. Rapazes que hoje gostariam de estar junto dos seus e que, mais que nunca, amaldiçoam o fascismo, causa única da separação dos seus e do Portugal que amam!

«O Mais Lindo Natal Português» precisa da presença desses jovens. Sabemos que o Governo Provisório estuda o problema dos emigrantes. O problema dos que pretendem colaborar na construção do Portugal novo e não o podem fazer por motivos de vária ordem. O problema dos muitos que tudo dariam para ajudar a consolidar a Democracia em Portugal. Até lá, até tudo ficar resolvido, uma coisa pedimos ao Governo Provisório:

«Que a todos aqueles que se encontram emigrados e, em posição militar irregular, seja concedido um período de 15 dias para passar o Natal em Portugal».

Se isso fosse possível, este seria sem dúvida «O Mais Lindo Natal Português»: O NATAL DO PORTUGAL RENOVADO!

"Natal de todos os Povos" / Maria Eulália de Macedo  
 "O meu primeiro Natal" / Maria Salomé  
 In: *Flor do Tâmega* - Suplemento, 22 de dezembro de 1974, p. 2.

# O meu primeiro Natal

por MARIA SALOME



Nunca me aconteceu não ser capaz de escrever um história de Natal. Mas hoje, ao pegar no papel, quedo-me impotente e inútil, absorta e surpreendida.

O Natal antecipou-se. Ele veio, de supetão, em plena Primavera.

Ninguém o esperava, porque já todos desesperavam de o ver chegar.

E, em vez dos tradicionais ramos de azevinho, ele enfeitou-se de cravos, como se, por milagre de amor, os soldados se fizessem jardineiros ...

Eu, como muitos e muitas, nasci agora mas trago, dos mundos parados das algemas, um Natal diferente, um natal sem nascimento.

Por isso ao abrir os olhos pequeninos e míopes para a luz a que não estava afeita, dei de frente com um Natal novo, um Natal sem fronteiras, sem medos.

Pus o meu dedo de menina neste Natal e escolhi-o.

É o meu melhor brinquedo.

Cresci. Já sou mulher outra vez. Sou velha. Ou antes estou em tudo, no quase.

Por isso, neste quase natal que vem aí, eu quero falar de poesia.

Da poesia que sempre me fez esquecer muita coisa, até as fronteiras, até o medo, até a felicidade, para ser quase feliz.

Mas os meus poetas estão comigo. Sempre viveram comigo no «outro» e neste mundo.

E o natal é a altura em que eles se vestem, se enfeitam, saem do seu recolhimento e vêm para a rua, para as lojas, para o meio das crianças e trazer-lhes num mito, numas barbas brancas ou numa guloseima, um sonho todos os anos.

Esse sonho é obra de poetas.

É minha obra também.

Eu quero sorrir mas não só.

Eu quero que tu, meu irmão, também sorrias.

Eu quero apresentar-te os meus poetas. Trato-os por tu, somos amigos, estão dentro de mim.

E queria que tu, meu irmão, viesse comigo de mãos dadas e trouxesses os teus amigos e eu os meus

conhecidos e os vizinhos dos meus amigos e fizéssemos uma grande roda e cantássemos e cantássemos ...

Nunca de facto, me tinha acontecido isto: escrever a história do meu primeiro Natal.

Não saiu bem, eu sei.

Quando se tem muita coisa cá dentro, as palavras saem com muita dificuldade.

Mas eu conto com os meus poetas.

Eles emprestarão a isto, a rima e a candura, o sonho e a luz ...

Eu não estou sozinha ...

## Natal de todos os Povos

**Menino branco,  
 Menino negro,  
 Menino indiano,  
 Menino chinês  
 Natal divino e humano  
 Seja Natal outra vez!**

Maria Eulália de Macedo

Suplemento — 2

Do dr. Ilídio Sardoeira — um dos amarantinos que escreveu largamente na «Flor do Tâmega» — inserimos neste Suplemento o Poema «A Bêsta Apocalítica». Ilídio Sardoeira foi, no decurso da sua vida de escritor, uma das grandes vítimas da censura. Em 10 de Setembro de 1939 «Flor do Tâmega» via cortado

pelo regimen fascista — que tinha na Censura uma das suas melhores armas — este poema. Publicamo-lo, hoje, em homenagem ao seu Autor e também não esquecendo «Pedro Carneiro» que, como acentua Manuel Amaral, «dizia não ao fascismo».

# A Bêsta Apocalítica

A Bêsta apocalítica anda à solta,

Em galope cerrado,

Pelos cantos sem fim de todo o mundo!

Ninguém lhe entrou os passos na carreira,  
Ninguém repuxa o freio quebradigo  
Que já tomou nos dentes!  
Homens, bôixai a fronte para a terra!  
Ó rebanhos medrosos,  
Lançai-vos ao abismo que vos chama.  
Deixai que a Bêsta passe sobre vós!

Seus olhos relambujam e fulminam,  
E, nervosos, as patas quando tocam  
Na face deste mundo,  
Esmagam, estrangulam, esfacelam  
E reduzem um povo honesto e bom  
A longo cemitério de gemidos!

Ela tem fome só de carne humana,  
Humano sangue escorre-lhe da bôca  
Sataníca e perversa...  
E, mesmo quando farta e satisfeita,  
Não poupa a vossa vida  
Pelo prazer apenas de matar!

Nasceu dentro de ti noquele dia,  
Extrordinário e negro,  
Em que tu, homem, foste dado à luz,  
Ai, ninguém sabe ao certo de que ventre!  
E, desde então, ganhando proporções,  
É que dirige os passos teus na sombra,  
Te cova precipícios,  
Te faz como um herói, morder o pó  
Da miséria, do medo e da revolta!

Tu, bem na sentes, homem, agitor  
No fundo do teu ser  
E a arastarte, rindo, para a morte!

Ó mãe que dais a carne dos cantões,  
Gemendo surdamente!  
Ó pálidas mulheres que fecundais  
E dais à sombra a Vida!  
Lá vem a Bêsta, ao longo,  
Por entre o rio fêdo da metralha  
Cravar no vosso ventre o chador.  
As patas atroamento camiceras!

Mais doloroso ainda que páir

É dar a própria carne ressurgida  
A bôca incendiada dos canhões!

Mas, ela, a Bêsta, vive e se sustenta,  
Mais que da vossa carne,  
Da vossa dor, herdoicamente inútil!  
E faz de cada campo de batalha  
O sepulcro anónimo da Mãe.

Não apertéis aos peitos as crianças,  
Avára e flocamente:  
A Bêsta não distingue ou se distingue  
Gosta da carne em flor,  
Daquela carne inda a cheirar ao leite.  
Que vos manou dos seios,  
Ninguém sabe à custa de que fome!

Gosta de carne em flor...  
E hade vir um dia num tropel,  
Arancá-los dos braços que os apertam!

Ó simpáticos velhos que doacéis,  
Como sós moribundos,  
Para as bondas sombrias do poente!  
A Bêsta passará, e, no corral,  
Há-de tir-se de vós...  
Fantasmas ambulantes do outro mundo,  
A divajar na terra!

A Bêsta passará!  
E para sempre, a luz, em vos extinta,  
Se perderá nas trevas...

Ó noivo virginal, destrôça o véu  
Que te descaí dos ombros!  
Não digas ao fogo dos teus braços,  
Nem que maris em belicos amorosos,  
O noivo e dela só, da grande Noiva,  
A Bêsta sanguinária,  
Que dasará o leite em que soluças  
E revolveis, convulso,  
E o tomará num campo de batalha!

Ai, homens, que vós sois  
Como essas borboletas caprichosas  
Que vão morrer na chama!

continua na página 11

Suplemento — 10

"A Bêsta Apocalítica" / Ilídio Sardoeira  
In: Flor do Tâmega - Suplemento,  
22 de dezembro de 1974, p. 10 e 11.

# A Bêsta Apocalítica

continua da página 10

O mundo não vos bôsta, é já pequeno...  
De tal modo a Bêsta em vos cresceu  
Que dominou o homem que dormia  
Dentro de cada um.

Homem, que te esqueceste  
Que mais alto que a pátria em que nascemos  
Deve existir o amor da humanidade!

Do homem o devasso dimenou  
O espírito cristão,  
E deste hade surgir um dia, enfim,  
O Homem, o irmão universal!

A pátria é sem fronteiras,  
E o berço de terra onde embalou  
A nossa mãe o rosso ser menino;  
Mas é um berço apenas, nada mais.  
Depois, góndamos asas e voamos  
E, desde então,  
O mundo é teu, é meu, e vosso, Irmãos!

A pátria não secura nem destrói,  
Nem enquila a vida,  
Ponto de ligação espiritual,  
Será ventre fecundo e chador  
De irmãos universais!

A Bêsta adormecida morrerá,  
O homem há de ser enfim, o Homem!

Lá vem a Bêsta a ir, entre a metralha  
Seu verbo demónico  
Sai da bôca vermelha dos canhões  
E fica, chiblando,  
Na ponta penetrante das espadas!

Esconde-se na sombra e, de gemidos,  
Ele faz estranho gargulhar,  
Falcão, solapete, beafel...  
Preside, como diuz, tenebrosa,  
Ao festim sanguinário.  
Um círculo que Dantes nunca viu  
Nos antros infernais!

Como ela balla em roda dos fealdos...  
O côvxo gigantesco de asas negras,  
Rondando a presa humana,  
Que se debata, siltir, nos seus braços!

Como ela balla, rindo...  
Os trajetos que dá, valdosamente,  
Ao leipudo corpo devorante!

Penetra nas trincheiras  
Aladé e ribombando, cortó os anos...  
E, mistificamente, rancia o seo  
Mais profundo das águas!

Vós tendes pátria, Ela não tem pátria,  
Abre caminhos novos,  
Novas rotas de sarkita relavrente  
Sobre a sebra humana,  
Que, desvalrida, sob os pés de fôgo,  
Quante mais se agita e voelera,  
Tanto mais se estrangula!

Ela aí vem, a Bêsta apocalítica,  
Em galope cerrado,  
Pelos cantos sem fim de todo o mundo!

Canadéio, 31 de Agosto de 1939.

Ilídio Sardoeira

## Mesmo com 80 anos...

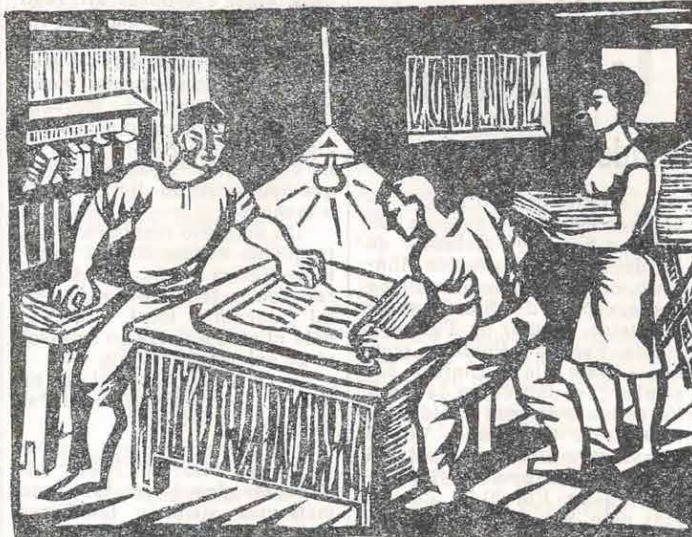
continua da página 8

samente proibidas de ser impressas, como social, sexual, BAR, dialéctico, etc.  
Um mês depois estava em plena catenão os textos,  
facunado o papel para a imprensa, e o fôlo saiu de  
duas páginas, apontando a amizade da estrigão.  
Do arguimo de foracimento do papel, creio que um  
Grémio, esclareçam valdamente.

A moniqueira do cilindro estava em Lisboa, O SNI ofe-  
recia gratuitamente gravuras prontas para impressão,  
Que coisa mais aliciente para quem lutava com problé-  
mas económicos?  
Faltas e falhas: com artigos, uns assinados, outros  
não, eram postos graciosamente nos jornais. Que  
coisa mais prática e económica para a «Flor» quando  
isso trazia mais pazol do SNI, vigens, banquetes,  
perrias, condempções?  
Mesmo com 80 anos, NAC era a palavra de Pedro  
Carneiro, se bem que ameaças nos entrelinhas das  
cartas e telefonemas de SNI e Censuras o obrigassem  
a esdrir um pouco mais do modo menos menos com-  
prometedor possível dentro das chamadas de artigos  
oficiais de endossamento aos governantes.  
Jornais sofriam muitas, directores eram presos, Tipó-  
grafias seladas, soqueadas, como no Figueira.  
Pedro Carneiro era responsável pela tipografia e por  
um dos semanários mais antigos do país.  
Tinha a cargo uma das famílias mais numerosas da  
nostra via mas, mesmo com oitenta anos, disse NÃO  
ao fascismo.  
Pedro Carneiro foi um dos heróis que, na medida do  
possível, não se vergou ao Dittador que tentava trans-  
formar os jornais em colunas redigidas em Lisboa  
pelos relectores oficiais do SNI.

Manuel Amaral

Suplemento — 11



Tipografia clandestina do «Avante!»  
(Gravura de Dias Coelho publicada no n.º 304 do jornal,  
Agosto, de 1961).

## «Um Homem na resistência»

*Um homem caminha na noite negra, move-se entre sombras. Leva consigo parte do sonho com que tenta incendiar a aurora. Um homem move-se, generoso e, como Prometeu, tenta roubar o fogo aos vampiros que o reservam, aos mastins que rosnam para conservar a escuridão.*

*Um homem aceita o desconforto de se erguer contra as trevas, aceita dar as mãos a companheiros e formar uma barreira que impeça o caudal negro que avassala o país. Aceita o medo, a fome e a fadiga, o preço de carregar consigo a esperança, de sacudir com ela a tristeza e a indiferença que o cercam.*

*Esse homem não está só: ele ouve o som dos seus passos na noite, ouve a sua voz fender as trevas, sente na sua mão a carícia dos dedos dos homens que ao seu apelo se vão erguendo.*

*Falo de um nome entre tantos outros. Falo de José Dias Coelho. Da sua vida exemplar. A morte apenas fixou o seu retrato, deteve a sua trajectória, deu-lhe, na sua rigidez, o direito de sim-*

*bolo. É a sua vida que devemos lembrar, o seu*  
Continua na página 6

### Notável alteração no sistema da Previdência Rural

O regime da previdência rural, mercê de decreto aprovado em Conselho de Ministros, foi alterado profundamente. Assim, passam a atribuir-se o subsídio de maternidade, pensão de sobrevivência e morte; estas disposições abrangem os trabalhadores eventuais da agricultura e os pequenos lavradores, cujo nível de vida é francamente pobre.

O subsídio de maternidade é de 70\$00 diários e pode ser concedido durante um período de 60 dias.

O subsídio de morte é de 8.000\$00, isto para além do subsídio de funeral, já existente anteriormente.

Mas, a partir do dia 1 de Março, verificar-se-ão os seguintes aumentos: o subsídio de doença passa, nos homens, de 30\$00 para 60\$00 e nas mulheres de 20\$00 para 40\$00 e as pensões de invalidez e reforma passam de 350\$00 para 800\$00 nos homens e de 300\$00 para 600\$00 nas mulheres.

É com medidas desta ordem, com atitudes deste género, que o Governo Provisório mostra o seu carinho, o seu apreço pelos rurais.

E mais estará, ainda, para se ver neste sector, naturalmente.

«Tipografia clandestina do Avante!»

In: *Miradouro*, 22 de fevereiro de 1975, p. 8.

Nota: Gravura de José Dias Coelho [1923-1961]

presume-se que foi publicada originalmente no jornal Avante.



"Exploração"

In: *Miradouro*, 1 de março de 1975, p. 8.

## DE BAIÃO

### Valadares

#### Participar...

Cabe ao leigo o dever de participar de forma activa, directa, consciente na vida politica do país com plena liberdade de

escolha entre as diversas correntes, desde que não sejam fundamentalmente incompatíveis com a doutrina e magistério da Igreja.

Também ao clero cabe o julgamento e condenação de abusos, a exposição da doutrina da Igreja,

abstendo-se de palavras ou actos que possam ser interpretados como uma tomada de posição pública, a favor ou contra qualquer partido.

Devem, pois, como sacerdotes livres, limitar-se a orientar o povo de Deus por caminhos de ortodoxia, capazes de se transformarem em ponto de convergência, união e traço comum entre fieis espalhados pelas várias opções politicas.

Se os da esquerda ou direita são unânimes em condenarem o compromisso meramente politico que não lhes seja favorável, será inoportuno ceder a solicitações de quaisquer agrupamentos politicos, para tomada de posição partidária.

Mais:—Se tal compromisso, comprometedor da missão da Igreja, gera a divisão entre fieis e sacerdotes; agravamento de barreiras entre crentes e não crentes, poluição de diálogo; se não há ainda rumos totalmente esclarecidos, se não há ainda oficialmente partidos politicos, mas movimentos geradores de partidos, não marquemos lugar na máquina dos acontecimentos.

C.

## DESPORTO

### Comentário em síntese

—Depois de certos domingos passados em «claro», motivados por percalços indesejáveis, o bom censo voltou a reinar e mais um jogo se realizou.

Se bem que o resultado não agradou à equipa local, valeu como espectáculo, verdadeiramente «um fechar de época com chave d'oiro». Se o resultado é o que menos interessa também o podemos dizer: 4-3 favorável aos rapazes do F. C. Marco.

Faltando dois elementos preponderantes à nossa equipa, o seu rendimento «entornou-se», só começando a encontrar-se a partir do meio da segunda parte. Considere-se o resultado justo.

F. C. Gove - 3

firmado. Unicamente se perderam dois jogos dos vários disputados e por margem insignificante cada um deles!

Ganhamos, inclusivé, jogos que nem todos acreditariam na vitória, caso do jogo inaugural com o F. C. do Marco e o jogo com o G. D. Cruz de Cristo (Gaia).

Individualmente, meus senhores há elementos que desiludiram completamente!

Um tema para meditar...

No entanto, um saldo francamente positivo!

O público sempre compareceu em número elevado e entusiasta, e mesmo após aqueles dois desafios falhados, se bem que em nada sejam atribuídas

"De Baião Valadares: participar..." / C.

In: Serra Bendita, 3 de agosto de 1974, p. 3.

## Um sermão reaccionário em Boassas

Escreve José da Cruz Santos

Não sei se devo surpreender-me com o sermão que ouvi na festa da Nossa Senhora da Estrela, em Boassas. Não conheço quem o pregou; nem sei o seu nome. É quanto basta, suponho, para garantir que não me move qualquer má vontade pessoal.

No entanto, não foi sem certo calafrio que ouvi, nestes dias maravilhosos em que se assiste ao renascimento da Pátria, palavras tão escuras nos seus desígnios como as que pronunciou aquele pregador, esquecido de que um pastor deve sempre a verdade às suas ove-

lhas. E ali não se ouviu a verdade, o que a ignorância de muitos e a ingenuidade de quase todos não pôde talvez verificar. Em Boassas, nesse dia, ouviram-se palavras reaccionárias e saudosas do fascismo, em clara ofensa ao templo de Cristo onde foram pronunciadas e ao povo que as escutava.

Disse o pregador que Nossa Senhora da Estrela não deixaria que os maus portugueses (que são os que vão aos comícios e os que levantam o punho fechado, na opinião dele) contribuam para que Portugal deixe de ser Cristão. Continua nas páginas centrais

"Um sermão reaccionário em Boassas" / José da Cruz Santos  
In: *Miradouro*, 23 de agosto de 1974, p. 1 e 4.

# Os bispos de Moçambique na hora da independência

**“O DIREITO** à independência, proclamado pelo Presidente da República a 27 de Julho, é motivo da maior alegria para os Bispos de Moçambique.”

Assim começa a recente carta pastoral do Episcopado moçambicano, datada de 30 de Agosto e divulgada na Metrópole precisamente no dia 7 de Setembro em que o Governo Português e a FRELIMO assinaram em Lusaka um acordo relativo ao cessar-fogo e à independência em 25 de Junho do próximo ano.

Com a independência, a Igreja de Moçambique deixará de “viver dentro de um condicionalismo de tipo colonial, que, naturalmente, afecta a vida eclesial”. Dizem os Bispos, a este respeito, que “a Igreja colaborou com o colonialismo na me-

tida, e só na medida, em que o sistema de governo e as leis em vigor não permitiam trabalhar dum modo diferente. E nesta linha pode ter chegado a comportamentos que nem sempre reflectiam a pureza do Evangelho”.

Numa referência ao Padroado, Concordata e Acordo Missionário, observam que eles devem ser julgados à luz da sua época. Reconhecem com lealdade que podem ser atribuídas falhas na actuação e exemplo da Igreja moçambicana, nomeadamente “uma crise de unidade com graves reflexos

Continua na página 3

## O Grão Tesouro

Naquela serra, além, vê-se um Castelo.  
mas quem é que se arrisca a lá chegar?  
E' um antigo castelo, e muito belo,  
mas p'ra só ver de longe, e desejar.

Suas portas, quem nas puder abrir,  
em noites de luar ou de Sol de ouro,  
vai ter uma surpresa, ao descobrir,  
escondido, lá dentro, um Grão Tesouro.

Ah, ninguém fique, assim, nesta miragem:  
e vamos todos, sim à Fortaleza.  
Será muito esforçada esta viagem?  
Talvez, mas sem acção não há grandeza.

.....

Enfim — numa manhã de Primavera,

“Os Bispos de Moçambique na hora da independência” / S. A. I.  
In: *O Jornal da Lixa*, 20 de setembro de 1974, p. 1 e 5.

## Abertura à esquerda, na Igreja

Dentro da Igreja Católica existem hoje grupos muito activos de cristãos — por alguns chamados progressistas — que a todo o transe procuram empurrá-la para a esquerda. Para eles, a salvação cristã é sobretudo — e às vezes quase exclusivamente — a libertação das opressões e alienações políticas, sociais e culturais que impedem a realização temporal dos homens. Muito sensíveis ao que neste sentido encontram nos documentos da hierarquia eclesiástica, são os primeiros a culpar esta hierarquia do que têm como inoperância da Igreja na promoção duma sociedade mais verdadeira e justa. E, na sua impaciência, esforçam-se por solidarizar a Igreja com os movimentos mais ou menos revolucionários de esquerda, que aparecem aos seus olhos como os mais eficazes promotores de tal sociedade.

É um facto que certas organizações católicas já fizeram larga caminhada nesta pendente. A grande concentração da JOC francesa em Versailles nos dias 29 de Junho e 1 de Julho passados, com a pregação de Jorge Marchais, secretário do Partido Comunista e de outros líderes da esquerda, foi disto clara manifestação.

Sem o referir explicitamen-

te, este exemplo estava com certeza no espírito de Mons. Elchinger, bispo de Estrasburgo, quando fez, 15 dias depois, a 14 de Julho, na sua catedral, uma notável alocução em que abordou dois temas: a liberdade de que hoje dispõem os jovens e o escorregamento da Igreja para a esquerda.

Deixando o primeiro destes temas, interessa considerar a resposta que este conhecido prelado francês deu à pergunta formulada nos seguintes termos: "Em que medida este escorregamento para a esquerda se conforma com a missão da Igreja?"

1.º — *A Igreja e a defesa dos pobres* — "A Boa Nova de Jesus Cristo é incontestavelmente uma opção em favor dos pobres. Cristo escolheu estar principalmente do seu lado. O novo Povo que o Salvador veio congregar tem de inventar novas formas de relação humana fundadas no respeito de cada qual, na justiça e no sacrifício pessoal por amor dos outros. A Igreja deve assumir a defesa dos pobres, de todas as categorias de pobres."

2.º — *Os cristãos e a transformação do mundo* — "Os cristãos, guiados pela fé, devem e podem prestar incalculável serviço ao mundo, contribuindo para a sua trans-

formação. É difícil, de facto, ajudar os homens a respirar espiritualmente, se as testemunhas do Evangelho não tomam a peito mudar determinadas estruturas da sociedade. Se os cristãos participam em formas de opressão e de escravidão, como podem fazer-se acreditar quando dizem aos oprimidos que são seus irmãos e que Deus a todos ama de igual amor?"

3.º — *Igreja politicamente isenta* — "O Evangelho é incompatível tanto com o materialismo da direita como com o materialismo da esquerda. Não nos orienta para nenhuma economia de riqueza, seja ela capitalista seja socialista. O Evangelho tende para uma economia de partilha e de fraternidade, onde a cada um seja dado possuir bens, sem deles ficar prisioneiro. A pobreza evangélica é uma atitude de fundo, que Jesus Cristo recomenda a todos. E, no entanto, este espírito de pobreza não quer travar o progresso."

"Pode alguém perguntar qual o regime político que melhor corresponde à prossecução do ideal proposto pelo Evangelho? será um socialismo democrático? será uma democracia social? Não hesitarei em responder que o

*Continua na página 4*

"Abertura à esquerda, na Igreja"

In: *O Jornal da Lixa*, 24 de outubro de 1974, p. 3 e 4.

## Carta aberta

### a um pároco director de jornal

Reverendo: Creia que é com sincera pena que me vejo obrigado a escrever-lhe estas linhas, fazendo-o, porém, por imperativo de consciência, com todo o respeito e por dever cristão de caridade.

Com efeito, a forma como está a ser conduzido o seu jornal, a sua folha paroquial, depois do 25 de Abril, além de estar a provocar acerbos comentários contra a Igreja, a ajudar uma surda campanha anti-clerical, está a perturbar os espíritos dos crentes não simpatizantes com observações de puro reacçãoarismo ou com artigos em que veladamente ou não, se atacam ou defendem partidos.

Para além do mais, meu caro Irmão Padre, o seu jornal é lido por milhares de pessoas que nada conhecem de política e que por falta de recursos ou de habitação não leem mais nada. São assim não só mal informados, mas o que é pior, deformados. É este, quanto a mim, o grande crime e admitindo que o não faz intencionalmente, terá que o fazer repensar no que escreve e para quem escreve, pelos danos morais que está a causar; e um padre é um pastor de almas.

Depois há os emigrantes que também ansiosamente aguardam a sua folhinha, o jornal que lhes trás notícias da sua terra. É moral que lhes dê uma visão deformada do seu país? É justo que lhes continue a mostrar um espírito acanhado e reacçãoário na análise dos problemas nacionais? É correcto que não lhes forneça toda a dimensão do espírito do 25 de Abril, visão humanística que deseja e vai construir um Portugal melhor, mais justo, mais fraterno, onde se vai procurar arranjar o lugar e o direito que lhe negaram e pelo qual foram expulsos da sua própria terra?

Eu admito, caro Padre, que a sua própria formação política não tenha evoluído, que se não tenha actuado politicamente. Como pode portanto sentir-se com autoridade moral para expender doutrinação no contexto político que vivemos? O processo de democratização é irreversível, não tenha dúvida.

A Igreja de Portugal (hierarquia) não pode mais camuflar, encobrir a verdadeira face de Cristo, do Cristo redentor, defensor intransigente dos oprimidos, dos escravizados, dos humilhados. A Igreja tem de se encontrar no seu próprio destino histórico de salvação do homem, de todo o homem, do homem todo. E não poderá cumprir a sua missão atacando este ou aquele partido, mesmo os que defendem ou defenderam a opinião de que «a religião é o ópio do povo». Pois não lhes continua a dar razão o espírito acanhado do seu jornal?

Reverendo: Acredite que gostaria mais não ter que lhe escrever tais coisas. Um cristão, porém, é pela própria natureza um discípulo de Cristo. E Cristo amou a verdade. E a verdade diz-se, ainda que doa.

Poderia trazer-lhe para aqui

## RESPOSTA

### a uma leitora

Assinada por uma ilustre leitora, recebemos uma carta bastante amável, aplaudindo a maneira como temos vindo a abordar temas adstritos à juventude dos nossos dias.

Confessamos que tudo quanto damos a lume se reveste do maior despreziosismo, sempre ao correr da pena, sem outra preocupação que não seja poder contribuir para a boa morigeração de costumes, infelizmente adulterados.

Quem estabelecer comparação entre as gentes de há poucas dezenas de anos, e aquela que nos rodeia, não pode deixar de sentir ferida a sua sensibilidade.

O respeito mútuo foi abolido, entre progenitores e filhos, o que dá azo ao maior dos abusos.

Extinguiu-se o amor à família, outrora elo que a todos unia, como laço inquebrantável.

Na generalidade, as raparigas, na sua adolescência, esmagam aos pés o pudor — auréola de pureza que as impunha muitos anos atrás, recolhendo agora a casa a desoras, após terem passado largo tempo em espécie de bacanais, não se preocupando em virem a ser espécimes isentos de mácula, ao unirem-se pelo casamento, àquele a quem inspiram simpatia.

Não falamos de amor, que esse sentimento maravilhoso já não penetra nos corações de gente moça, tonta como anda pela sedução do automóvel, do dinheiro e — porque não? — do malefício da droga.

Pômo-nos, as vezes, a imaginar no que darão os rebentos dos casais jovens, cujas mães se recusam a trazer os filhos ao colo, fazendo-os transportar em berços portáteis ou carrinhos... como quem acaba de vir do mercado, onde se vende toda a espécie de comestíveis.

Para que continuar, neste nunca acabar de extravagâncias do mundo dos nossos casais?

Fecho pois esta modesta crónica, apresentando os meus respetos à minha ilustre leitora.

*José Ceiteira*

### *Não há quarenta sem zero.*

citações dos Evangelhos, das encíclicas sociais do Vaticano; não quero, porém, dar o aspecto de estar a «ensinar o padre-nosso ao vigário». Quero que aceite a minha sinceridade e a minha humildade. E também o meu espírito de caridade e entre-ajuda.

Uma última nota: sou católico, não sou comunista, mas porque entendo que só no pluralismo político é que poderemos avançar, também não sou anti-comunista.

Reveja, pois, a orientação do jornal. É um bom serviço que prestará à Igreja mãe e mestra. Esteja atento aos anseios do povo do nosso tempo porque, como começa a «Gaudium et Spes»: «As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens do nosso tempo, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo e nada existe de verdadeiramente humano que não encontre eco em seu coração».

Fraternamente seu

*Kalidas Barreto*

"Carta Aberta a um pároco director de jornal" Kalidas Barreto  
In: O Jornal de Felgueiras,  
30 de novembro de 1974, p. 1.

## Iniciou-se no dia 9 o Recenseamento Eleitoral

Iniciaram-se na passada segunda feira as operações de recenseamento eleitoral a que estão sujeitos todos os portugueses com mais de 18 anos de idade feltos até ao próximo dia 28 de Fevereiro.

Em 30 de Novembro findo foram afixados os nomes dos escolhidos pelos Presidentes das Câmaras Municipais para em cada freguesia fazerem parte da Comissão de recenseamento.

De 1 a 3 de Dezembro decorreu o prazo previsto para impugnação do nome dos indicados para aquelas comissões, impugnação essa que competia ao governador civil do distrito resolver.

Decorre agora até ao dia 29 do corrente o prazo para todos nos apresentarmos nas sedes das juntas de freguesia onde essas comissões estão reunidas a fim de cumprirmos um dever, de exercermos um direito.

Terminamos com algumas palavras do Ministro da Administração Interna proferidas na comunicação feita há dias ao país:

«Todo o País sabe que um dos pontos fundamentais do programa do Movimento das Forças Armadas é a realização das eleições para a Assembleia Constituinte.

É um ponto fundamental, porque concretiza o processo democrático instaurado em Portugal com o 25 de Abril.

É um ponto fundamental por ser o pilar principal do futuro político do nosso País.

O Movimento das Forças Armadas e o Governo assumiram perante a Nação uma responsabilidade, a que não viram costas.

Este é portanto um momento da vida portuguesa que considero histórico».

Para podermos votar, temos de estar recenseados.

"Iniciou-se no dia 9 o Recenseamento Eleitoral"

In: *Miradouro*, 11 de dezembro de 1974, p. 8.

# VOTO

## Uma arma do povo que pode voltar-se contra o povo

*Continuado da página 1*

*S. B.—Quais os partidos que conhece? Já sabe por quem vai votar?*

*Silva—Bom, eu sei que há outros, mas agora só me lembro do Partido Popular Democrático, Partido Comunista e Socialista e Movimento da Esquerda Socialista. Não sei qual é o melhor, nem sei ainda por quem vou votar. Tenho estado sempre atento a ver se procuro esclarecer-me: procuro ler alguns jornais, assistir a comícios, e sobretudo conversar com algumas pessoas, nem todas, porque pode haver quem nos queira levar para um lado que não interesse ao povo.*

*S. B.—Refere-se a quem?*

*Silva—Estou a pensar nos capitalistas, nos grandes proprietários e até mesmo em elementos que pertenciam a movimentos como a Acção Nacional Popular, PIDE, Legião Portuguesa, alguns dos quais até nem são ricos, mas continuam a exercer a sua influência perigosa em muitos meios, porque deve de haver alguém dos grandes que lhes prometeu mundos e fundos, para continuar com os privilégios, e olhe que eles para mim não estão parados, disso pode ter a certeza!*

*S. B.—Então acha que há gente interessada em voltar ao «antigo»? Doutra maneira: pode haver partidos que não sejam defensores dos interesses do povo?*

*Silva—Eu parece-me que sim, e olhe que até*

*dizem que são democratas para se fazerem acreditar ao povo. São os tais oportunistas que viraram a casaca. Eu até conheço alguns que são mesmo duvidosos e andam a dizer coisas que antes nunca defenderam*

*S. B.—A que é que deve obedecer um partido que interesse ao povo?*

*Silva—Na minha opinião era um partido que defendesse particularmente os mais desprotegidos, os mais desgraçados, que conseguisse o mais possível uma igualdade no aspecto económico e na cultura.*

*S. B.—Acha que o voto é realmente uma arma do povo?*

*Silva—Eu acho que sim. Mas essa arma pode voltar-se contra o próprio povo, porque a maioria das pessoas, como eu, não estão esclarecidas. E nós não sabemos em quem votar. Mesmo até Março é pouco tempo para sabermos alguma coisa. Não há nenhuma mentalização no povo que está muito atrasado. O que era preciso era mais esclarecimentos nestes sítios, sobretudo das Forças Armadas, em quem o povo acredita mais, porque não defendem nenhum partido em particular. É uma coisa séria e não andam a enganar o povo. E eu que já vi alguns comícios de partidos, por aí, com pessoas das tais que são duvidosas.*

*E pronto. Registamos com todo o interesse as advertências do Senhor Silva,*

*que aqui ficam para os outros leitores. É claro que aproveitámos para lhe dizer que as próximas eleições não se destinam a eleger o novo Governo, mas sim, os deputados da Assembleia Constituinte. E, diz-se Constituinte, porque eles vão fazer uma Constituição, que é a Lei Fundamental do País, a «Lei mãe» à qual todas as outras leis devem obedecer. Só depois é que há-de eleger-se um Presidente da República e se fará um novo Governo. Será também eleita uma Assembleia Legislativa — que fará as leis mais concretas, dentro do espírito da tal Lei Fundamental. A Constituição que nos regia foi feita em 1933 e as eleições eram «tão livres» que as abstenções até contaram como votos a favor!! E, além disso foi constantemente alterada por Salazar para defender os seus interesses e ser utilizada contra o povo.*

*De qualquer maneira, aqui fica sobretudo o apelo ao esforço de esclarecimento por parte de todos, porque, mesmo que nas próximas eleições já todos os que estão em condições legais possam votar, e o processo seja honesto, o povo pode votar contra si mesmo. Duvidámos até que, por maior que seja o esclarecimento, a maioria do povo deste concelho, em Março, esteja à altura de votar conscientemente.*

*O que não é razão para esmorecermos. Pelo contrário.*

“VOTO uma arma do povo que pode voltar-se contra o povo” In: Serra Bendita, 3 de janeiro de 1975, p. 1 e 2.

## Eleições para a Assembleia Constituinte

Ao comunicar ao País que as eleições seriam realizadas no dia 12 de Abril o Senhor Presidente da República, General Costa Gomes, salientou: «evitaremos as ditaduras que marginam a rota revolucionária que prosseguimos» e que o acto eleitoral (pela primeira vez realizado num Sábado) será «um padrão luminoso no avanço revolucionário que conduzirá à democracia pluralista, livre e autêntica». Relativamente ao processo de descolonização referiu que «se aproxima de um epílogo original, genuinamente português, chamando, depois, a aten-

ção para as eleições, pois «Votar é um direito de todo o eleitor, mas é simultaneamente um dever imperioso».

Depois de passar em revista os progressos obtidos nos diversos campos de actividade sócio-política disse que o poder autocrático e individual não voltará e, terminou, o seu importante discurso, apelando para que uma votação conscienciosa seja feita, por forma a que se obtenha uma Constituição «que nos garanta um futuro em liberdade, fraternidade e justiça social», o que efectivamente se deseja, para bem de todos.

"Eleições para a Assembleia Constituinte"  
In: *Miradouro*, 1 de março de 1975, p. 1.

## O direito cívico de votar

A Comissão Nacional das Eleições tem o dever de chamar a atenção de todos os portugueses para a necessidade política de cumprir o dever cívico de votar. O acto eleitoral deverá constituir uma inequívoca manifestação de apoio ao processo histórico iniciado em 25 de Abril de 1974.

Nos termos do artigo 84 da Lei Eleitoral, «o sufrágio constitui um dever cívico». E a Lei estabelece que «salvo motivo justificado, o não exercício do direito de voto determina inelegibilidade para a Assembleia Legislativa, para os cargos administrativos ou para os órgãos dirigentes de qualquer pessoa colectiva durante um ano após a Eleição da Assembleia Constituinte».

Sendo o sufrágio um dever cívico, o não cumprimento desse dever implica que o cidadão incorra na sanção de durante um ano não ser elegível para deputado, para os órgãos dos corpos administrativos, para os órgãos dirigentes de qualquer «pessoa colectiva pública», nomeadamente Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Empresas Públicas e Sindicatos.

Mas o problema que a Comissão Nacional das Eleições considera seu dever colocar à consciência das portuguesas e dos portugueses, não se circunscreve a este esclarecimento relativo ao exercício do dever cívico de votar e à sanção em que incorrem todos os cidadãos que não votarem. O problema que se propõe à consciência de todos os portugueses é um problema político. É um problema patriótico. É o problema de devermos proceder de modo que o cumprimento do dever cívico de votar confira, amanhã, dia 25 de Abril, um significado histórico de apoio e de aplauso à nova página da história de Portugal que está sendo escrita pela aliança Povo — MFA.

A abstenção traduzirá desinteresse pelo processo revolucionário em curso de democratização, descolonização e desenvolvimento. O voto — mesmo o voto branco, em circunstâncias que proximamente se esclarecerão — representa uma manifestação de confiança e uma atitude de participação na tarefa de construir o futuro de Portugal.

O eleitor inscreveu-se no recenseamento da sua freguesia e só nessa freguesia poderá ir votar. Contudo, e como nas freguesias mais populosas irão funcionar várias secções de voto, deve, desde já, ir procurar nos editais afixados na sede da junta e outros lu-

da mesa e pedir novo boletim de voto, entregando o inutilizado.

— Em caso algum quem quer que seja pode ser obrigado a revelar

Segue na pág. 4

"O direito cívico de votar"

In: *Gazeta de Paços de Ferreira*, 24 de abril de 1975, p. 1.

# Saudação

Agora que já conheço os resultados eleitorais, quero mandar — através deste jornal — ao povo da minha terra e do meu país um abraço de felicitações por ter confirmado, pelo voto livre e secreto, a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Embora não me tenha surpreendido — pois esperava esse resultado — fiquei a ter a certeza de que durante estes dois anos algo já foi feito no sentido da consciencialização do povo português. Os únicos que parecem surpreendidos foram os grupos da direita. Estavam tão certos da vitória que pretendiam mudar a Constituição logo que chegassem à Assembleia, pois ela contém dispositivos que colidem com a sua doutrina e os seus interesses. O povo, porém, cuja inteligência menosprezaram, deu sólida maioria às esquerdas e, conseqüentemente, devem aguardar os próximos quatro anos para alterarem a Constituição no sentido que desejam. E quanto às profecias apocalípticas sosseguem que elas não se verificarão.

Tive a oportunidade de ler os principais artigos de todos os jornais das diversas correntes ideológicas,

por A. Teixeira de Queiroz

durante a campanha eleitoral, através de xerox, e fiquei pasmado de verificar tanta sordidez de alguns deles — dos que felizmente perderam. Ninguém escapava à sua ignomínia: desde as figuras civis mais representativas do carácter e da inteligência portuguesa até às Forças Armadas.

De nada, porém, lhes valeu. Quarenta e oito anos, durante os quais, manipularam a favor dos seus interesses, o maior império colonial do mundo, marcaram-os suficientemente para merecerem o repúdio de maioria da Nação.

Não será de todo inoportuno um conselho: Portugal tem, presentemente, uma Constituição — que é a Lei maior de uma Pátria — elaborada pelos representantes do povo para tal fim eleitos. Seguiram-se todos os trâmites democráticos para a sua promulgação. Resta, pois, cumpri-la. Vigilantes, para que tal suceda, estão as Forças Armadas. Deixem-se, portanto, os descontentes, de aventuras golpistas, de arruaças, de bombas, de qualquer espécie de violências pois, como é sabido, uma acção provoca reacção e Portugal e o seu povo necessita de paz para trabalhar e progredir. Simplesmente este progresso não será em benefício de alguns mas no benefício de todos.

"Saudação" / A. Teixeira de Queiroz  
In: Flor do Tâmega, 8 de maio de 1976, p. 1.

re|er

REDE INTERMUNICIPAL DE BIBLIOTECAS  
DO DOURO, TÂMEGA E SOUSA



**TÂMEGA e SOUSA**

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL